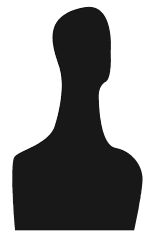
QUINTA-FEIRA
8 de julho de 2021
Ano 49, nº 16.025
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

Jornal de Brasília

TENSÃO NA CPI DA COVID

Dias é preso, paga fiança e é liberado

Acusado de mentir, ex-diretor do Ministério da Saúde (*foto*) se assustou ao receber voz de prisão do presidente da comissão, Omar Aziz. Mas agora responderá acusações em liberdade. 6

GABRIELA BILO / ESTADÃO

VITOR MENDONÇA/JORNAL DE BRASÍLIA

A deliciosa arte do queijo artesanal

Secretaria de Agricultura de Goiás atesta a qualidade da marca produzida pela Fazenda Coqueiral, perto de Pirenópolis, que é estímulo para outros produtores 3

Ministério da Defesa solta nota dura contra Aziz

Militares repudiaram fala na CPI sobre as Forças Armadas 3

Novas áreas vão ficar dentro da lei em Brasília

GDF regulariza terrenos de igrejas e clubes esportivos 5

Presidente do Haiti é assassinado em casa

País de muitas tragédias entra no caos político 15

CLIMA

Distrito Federal registrou ontem o dia mais seco do ano

Esse índice, segundo o Inmet, marca apenas o início do período na capital

LUCAS NEIVA
redacao@grupojbr.com

RAPHAEL RIBEIRO/CEDOC

Especialista oriente deve sempre ser mantida a atenção quanto ao consumo regular de água

A tarde de ontem foi registrada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) como a mais seca do ano de 2021, com a umidade relativa do ar chegando a alcançar o valor de 18% no Gama e 19% na Estação Ecológica de Águas Emendadas. Esse índice, de acordo com o Inmet, marca apenas o início do período mais intenso da estação de seca no Distrito Federal.

A informação é da meteorologista Naiane Araújo, que destaca que a tendência é de queda ainda maior na umidade ao longo dos meses de julho e agosto. O período da tarde é o de seca mais intensa. "A umidade relativa do ar é inversamente proporcional à temperatura. Na hora mais fria do dia, que é pela manhã, a temperatura fica baixa e a umidade fica alta. No meio da tarde, acontece o contrário: a temperatura se eleva e a umidade despenca", explica Naiane Araújo.

A chegada do período mais intenso da seca requer cuidados especiais com a saúde, ainda mais levando em consideração que esta acontece em um período de frio intenso no DF. "Com a falta de umidade, temos maior comprometimento dos tecidos pulmonares e das regiões do corpo com maior contato com a superfície externa. E as doenças mais observadas em uma situação como essa são as doenças alérgicas e infecciosas", alerta o médico pneumologista e professor da Universidade de Brasília, Ricardo Luiz Martins.

Prevenções

O médico conta que, além dos cuidados em se evitar a exposição ao frio, deve sempre ser mantida a atenção quanto ao consumo regular de água, que costuma ser negligenciado. O uso de umidificador também é recomendado, bem como evitar o uso do ar condicionado, que resseca o ar. Na falta de umidificador, toalhas úmidas podem ser espalhadas no ambiente. Caso não seja possível escapar do uso de ar condicionado, recomenda-se manter temperaturas de no mínimo 23°C.

A chegada do período mais intenso da seca requer cuidados especiais com a saúde, ainda mais levando em conta que esta acontece em um período de frio intenso no DF

Algumas pessoas sentem um impacto intenso da seca sobre a saúde, como é o caso da farmacêutica Thaíssa Costa, de 27 anos. "Sempre nessa época do ano eu tenho sinusite e, se eu não cuidar, tenho bronquite", comentou. Para evitar sofrer com o efeito do clima, utiliza constantemente umidificador, além de reforçar a hidratação e evitar atividade física. Apesar de necessário para ela, a interrupção da atividade física não é necessária para a maioria das pessoas.

Tanto o médico Ricardo Martins quanto a meteorologista Naiane Araújo afirmam que, nesse período, o ideal é dar prioridade a exercícios mais leves, dando preferência aos horários de temperaturas mais amenas.

Outro alerta da meteorologista é para a atenção na prevenção a incêndios florestais. "Muita atenção para onde vai largar as bitucas de cigarro, para não deixar no chão. Qualquer fagulha em uma vegetação que já está seca, em um solo que já está seco com falta de chuva pode alastrar o fogo", explica.

COM RESTRIÇÕES

Cúpula do Planetário será aberta

A partir deste sábado (10), a cúpula do Planetário de Brasília estará aberta, com apresentação de uma sessão diária. O material exibido será selecionado de forma alternada para que a cada dia da semana seja apresentado um filme diferente, com duração média de 45 minutos. A instituição é vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Como medidas preventivas à covid-19, a capacidade de público foi reduzida para 35 pessoas. As poltronas serão higienizadas com álcool 70 graus após cada uma das sessões e serão isoladas umas das outras com fita zebrada, de forma que mantenham o distanciamento exigido pelas normas sanitárias.

No local, segue em cartaz a exposição Uma viagem no espaço-tempo, que apresenta paradas na Lua e um panorama de planetas, nebulosas e galáxias. Todo o conteúdo da exposição pode ser conferido virtualmente neste link .

No local, segue em cartaz a exposição Uma viagem no espaço-tempo, que apresenta paradas na Lua e um panorama de planetas, nebulosas e galáxias.

O público terá acesso por meio de visitas guiadas conduzidas pelos monitores. Por ora, não há necessidade de agendamento. O percurso tem duração média de 25 minutos. Os grupos são organizados na recepção de forma que cada estação tenha o número máximo de cinco pessoas, para que aglomerações sejam evitadas.

O Planetário de Brasília está em funcionamento de terça a domingo, das 9h às 21h. A entrada é gratuita para exposição, apenas no pavimento térreo. As visitas são cronometradas, para facilitar o controle de pessoas, sempre respeitando o distanciamento social. É obrigatório o uso de máscara durante todo o tempo da visita.

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972

Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 13.846.483/0001-91
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – SEMESTRAL: R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor : (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (Interno) (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITORA EXECUTIVA - IMPRESSO
Vanessa Lippelt (vanessa.lippelt@grupojbr.com)

EDITOR EXECUTIVO - ON LINE
Miguel Alves (miguel.alves@grupojbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

EDITORES
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)
Larissa Galli (larissa.galli@grupojbr.com)
Thiago Henrique de Morais (redacao@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

REFERÊNCIA EM QUEIJO

Coqueiral é visitada pela Seapa-GO

A ida da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás até a fazenda marca a valorização dos produtores da região por parte do estado

VITOR MENDONÇA
redacao@grupojbr.com

A queijaria artesanal da Fazenda Coqueiral, propriedade do diretor do grupo **Jornal de Brasília Comunicação LTDA**, Lourenço Peixoto, recebeu a visita da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (Seapa-GO) ontem. A ida da pasta até o local marca a aproximação do governo não somente com a fazenda, mas também com outros produtores rurais da região, valorizando os produtos agrícolas de pequenos produtores do estado.

Sendo a primeira queijaria do estado a receber o Selo Arte do Ministério de Estado da Agricultura, certificação vinda diretamente das mãos da ministra Tereza Christina, a Fazenda Coqueiral se tornou, portanto, referência para outros produtores da região que desejam ter a fabricação e distribuição do próprio queijo - e de outros produtos - tanto no Centro-Oeste quanto em nível nacional e internacional.

Segundo Lourenço, é possível alcançar o patamar dos queijos artesanais Sofia e Rosália, ambos tipo A, produzidos na Fazenda Coqueiral, deixando para trás as antigas comparações com grandes empresas de laticínios e valorizando o potencial do estado. "Esta [a produção de queijos da Fazenda Coqueiral] é a representação dessa localidade. Estamos no pé da Serra dos Pirineus e esse é o queijo que não precisa dar nome para outros estados. Podemos garantir que é de Goiás."

"Tenho muito orgulho de dizer que quando coloco meus rótulos eu não preciso dizer que é um tipo ou outro. E eu acredito que esse tipo de representação vai ajudar outras pequenas queijarias, que estão à margem da possibilidade de vender para fora de Goiás. Estou aberto para mostrar o que nos levou a ser o primeiro Selo Arte do estado", continuou.

O superintendente de Produção Rural Sustentável da Secretaria, Donalvam Moreira da Costa Maia, foi quem visitou a fazenda, que fica próxima a Pirenópolis. De acordo com ele - e apoiado por Lourenço Peixoto -, a intenção é que o estado de Goiás seja valorizado pelas produções locais, garantindo o turismo rural na região.

Desafios

"A Fazenda Coqueiral demonstra que é possível o produtor rural se especializar e produzir sem ser um laticínio, mas sim uma queijaria; e ter acesso ao mercado. Isso traz nossa cultura, nossas raízes e facilita o turismo rural, mostrando onde e como a gente produz, tendo muito orgulho do nosso estado", disse Donalvam. Há a expectativa de ser promovido, ainda este ano, uma espécie de torneio regional de produtores de queijo, iniciando o incentivo da economia local.

Os empecilhos para a realização do Turismo Rural no Caminho de Cora Coralina - trilha de longo curso, com mais de 300 quilômetros de extensão, que liga cidades turísticas goianas, desde Corumbá até Cidade de Goiás - são estruturais, uma vez que muitos produtores possuem boas oportunidades de turismo, mas que estão mal aproveitadas por despreparo para receber visitantes.

VÍTOR MENDONÇA/JORNAL DE BRASÍLIA

Lourenço Peixoto: "Estamos no pé da Serra dos Pirineus e esse é o queijo que não precisa dar nome para outros estados. Podemos garantir que é de Goiás."

Maior atenção do governo local

"Por muito tempo o estado ficou inerte, sendo que temos muitas riquezas. O turismo rural, por exemplo, nunca foi discutido. E o que fizemos agora foi algumas secretarias do estado e mapeamos as propriedades que estão na rota Cora Coralina para fornecer alternativas econômicas por meio do turismo. Experiências com voltas a cavalo, cafés da manhã, e queijos, por exemplo, vendem", disse Donalvam sobre a iniciativa do estado de Goiás.

De acordo com o superintendente, foi possível mapear as propriedades dentro do Caminho de Cora Coralina e identificar os problemas existentes, como falta de acessibilidade, despreparo de ambientes, dentre outros aspectos.

União

O próximo passo é contactar as prefeituras para procurar uma solução em conjunto sobre as dificuldades encontradas. "É algo mínimo, mas que é muito importante para ligar turistas aos produtores locais", destacou. "Tem muita oportunidade que podemos aproveitar melhor", destacou o superintendente de Produção Rural Sustentável da Secretaria, Donalvam Moreira da Costa Maia, em entrevista à reportagem.

Já inserida dentro dos 300 quilômetros da trilha, a Fazenda Coqueiral também foi aprovada pela equipe da Superintendência Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás como sendo um ponto preparado para receber turistas e ciclistas que se aventuram na rota rural.

SAIBA MAIS

» **Com pouco mais de 800 hectares, a fazenda é a responsável pela produção dos queijos artesanais Sofia e Rosália, batizados em homenagem à filha e à esposa de Lourenço, respectivamente.**

» **Todo o processo, desde a ordenha das vacas até o armazenamento e início da produção, não tem contato humano direto com o leite, que perpassa um sistema moderno de canos de aço inoxidável e armazenamento com capacidade para até 300 litros. Os queijos da fazenda são conhecidos pelo sabor suave e maciez.**

» **"Quando você o morde, sente o ranger dos dentes, e aí está a diferença principal do queijo da Coqueiral. É um queijo que vai maturando ao longo do tempo, cada vez melhor. Tem várias fases e o pessoal entendeu que é único, que não é curado, como o da Serra da Canastra. Esse é o queijo da Coqueiral. Isso me deixou muito feliz. Entenderam o nosso diferencial", destacou Lourenço ao** Jornal de Brasília **ao receber o Selo Arte, em outubro de 2020.**

EDUCAÇÃO

ÁLVARO HENRIQUE /SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação fez melhoria nas escolas para receber os alunos presencialmente assim que for determinada a volta das aulas de forma presencial

Sindicato do Professores fará assembleia no dia 30

Discussão será para analisar possível retorno presencial no mês de agosto

CATARINA LIMA
redacao@grupojbr.com

O Sindicato dos Professores realizará assembleia no dia 30 de julho para fazer uma avaliação da campanha de vacinação e decidir se a categoria realmente retornará às aulas presenciais, como determinou o governador Ibaneis Rocha. "No dia 30, vamos analisar a quantas andam a vacinação dos professores e de demais profissionais da educação e decidir sobre o retorno presencial", informou o diretor do Sinpro", Samuel Cardoso.

Segundo Cardoso, além da vacinação com doses da Janssen, é preciso ter conhecimento da situação de professores e servidores que foram vacinados com vacinas que necessitam de duas doses, e no início de agosto ainda não estarão completamente imunizados.

Dados da Secretaria de Saúde do Distrito Federal do Distrito Federal informam que até o dia 6 de julho 15.021 professores da rede pública de ensino, do total de 36 mil, foram imunizados com a vacina da Janssen, administrada em apenas uma dose.

Para os demais, foram reservadas 20 mil doses que estão sendo aplicadas desde ontem, em 15 pontos do DF. O Secretário de Educação, Leandro Cruz, prevê que a vacinação do grupo esteja concluída até o próximo domingo, dia 11.

A lista com os nomes dos professores a serem vacinados foi elaborada pela Secretaria de Educação. Para se vacinar os professores devem apresentar documento com foto e contracheque. Comprovando ser docente da rede pública, a pessoa será vacinada com o imunizante da Janssen.

Gasto de R$ 105 milhões

O Governo do Distrito Federal informou ter gasto R$ 105 milhões com obras de melhorias nas escolas da cidade, aproveitando o período em que as unidades estavam vazias, devido à pandemia de coronavírus. Foram feitas obras de pintura, reforma de banheiros, revitalização de telhados e de pátios e modernização de equipamentos.

SAIBA MAIS

» **O Plano de Vacinação da Educação começou em 21 de maio. Na primeira fase, apenas professores das creches públicas, conveniadas com o setor público e privadas foram vacinados, além dos grupos dirigentes das escolas públicas.**

» **A primeira etapa contou com vacinas AstraZeneca e Coronavac. Ambas têm protocolo de imunização que exige duas doses para atingir o máximo grau de proteção.**

» **Há a possibilidade de o retorno ocorrer de forma híbrida para evitar aglomeração.**

Escolas estão renovadas para a volta

De acordo com o governo, cada uma das 686 escolas que compõem a rede pública de ensino recebeu alguma melhoria. Também foram instalados dispositivos com álcool em gel para a higienização de docentes, servidores e alunos.

Apesar de o ano letivo de 2021 ter seguido de maneira remota por todo o primeiro semestre, os recursos do Programa de Descentralização Administrativa continuaram a ser pagos para as unidades escolares. Com os valores disponíveis, os gestores puderam fazer melhorias e manutenções necessárias para que os locais estivessem prontos para a volta às aulas presenciais.

"Mesmo durante a pandemia, os repasses não foram suspensos ou diminuídos, por isso quando os estudantes e profissionais da educação retornarem presencialmente às unidades escolares, encontrarão as nossas escolas totalmente diferentes, pois todas passaram por pequenas obras e manutenções", destacou o secretário Leandro Cruz.

COVID-19

DF tem 697 infectados em 24 horas

VÍTOR MENDONÇA
redacao@grupojbr.com

O Distrito Federal não registrou mortes pela covid-19 ontem, segundo última atualização do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Saúde (SES). Entretanto, nove novos óbitos foram notificados pela pasta, atingindo a marca de 9.331 vítimas da doença pandêmica na capital. Já dos novos casos, foram registradas 697 pessoas infectadas em um dia. No DF, 419.236 pessoas já foram contaminadas - quase um sexto da população.

Dos nove registros de morte que aconteceram em datas retroativas, segundo a SES/DF, uma ocorreu na última segunda-feira (4) e oito na quarta-feira (6). Segundo informações do Boletim Epidemiológico da pasta, os óbitos por covid-19 representam 2,1% do total de casos.

São, ao todo, 8.531 mortes de pessoas residentes na capital e 686 vindas do estado vizinho, Goiás. Os outros 114 óbitos eram de outros estados da Federação - um do Acre, dois do Amapá, vinte e oito do Amazonas, quinze da Bahia, um do Ceará, três do Maranhão, seis do Mato Grosso, sete do Mato Grosso do Sul, trinta e três de Minas Gerais, um do Piauí, três do Rio de Janeiro, quatro de Rondônia, sete de Roraima, um de Santa Catarina, cinco de São Paulo e três de Tocantins.

Ao todo, das mortes retroativas, duas eram mulheres e sete eram homens - quatro eram idosos. Os óbitos variavam entre 30 a 39 (2), 40 e 49 (3), 70 e 79 (1) e 80 anos ou mais (3). A mortalidade de idosos no DF, grupo com maior quantidade de óbitos pela doença, chegou a 5.796 vítimas.

Quatro pessoas não possuíam comorbidades, mas as outras cinco tinham doenças agravantes para a fatalidade.

As vítimas estavam hospitalizadas nos Hospitais de Campanha de Ceilândia Anísio Teixeira (1), de Campanha do Autódromo (3), de Campanha do Gama (2), Regional de Santa Maria (1), Santa Lúcia (1) e Santa Lúcia Norte (1). Elas residiam em Ceilândia, Itapoã, Núcleo Bandeirante, Santa Maria (2), Sobradinho (2), Sobradinho II e Taguatinga.

Os índices de reprodução R(t) do vírus caíram, mas permanecem em estado de alerta. Segundo atualização de boletim divulgado ontem pela SES/DF, o fator está calculado em 0,89, considerado estável - quando o nível é próximo ou maior que 1, significa que as contaminações da doença na cidade podem se tornar ainda mais críticas.

NORMALIZAÇÃO FUNDIÁRIA

GDF regularizará mais terrenos

Entidades sem fins lucrativos, que prestem serviço à sociedade, funcionarão legalmente

O governador Ibaneis Rocha sancionou, ontem, lei que cria a política pública de regularização fundiária de terrenos ocupados por clubes esportivos, templos religiosos e entidades sem fins lucrativos. A norma permite que essas instituições prestem serviços gratuitos à comunidade e em troca possam seguir ocupando regularmente os espaços. Cinquenta e oito clubes e milhares de igrejas são beneficiados com a nova legislação.

"Vocês [entidades] fazem um belíssimo trabalho social. Todos estão na ponta atendendo os que mais necessitam e prestando serviços onde o estado não atua", destacou o governador Ibaneis Rocha. "Ao sancionar esta lei, estamos cuidando da população do Distrito Federal, fazendo com que essas instituições tenham a liberdade e a segurança jurídica para prosseguirem com o trabalho – ajudando crianças, jovens e famílias", ressaltou.

O diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico da Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap), Leonardo Mundim, também reforçou a importância da sanção do projeto. "Esta lei vai ampliar e facilitar o trabalho do terceiro setor junto ao estado para a construção de um mundo melhor, além de dar segurança jurídica aos responsáveis por esses espaços", comentou.

Durante a cerimônia, o chefe do Executivo local entregou as quatro primeiras documentações pela retribuição em moeda social, para a Igreja Batista da Vitória, a Assistência Social Casa Azul, a Federação Espírita do DF e a Paróquia São Gabriel Arcanjo, no Recanto das Emas.

Todas as igrejas prestam ou prestarão serviços gratuitos dentro do imóvel concedido, incluindo atividades para crianças, como creche e judô, e realização de trabalho social com famílias vulneráveis.

Presidente da Organização da Sociedade Civil (OSC) Casa Azul Felipe Augusto, Daise Lourenço aguardava pela documentação há 28 anos. "Quando eu queria fazer alguma melhoria no espaço, tinha que pagar com recursos próprios. Agora podemos fazer projetos para ampliar o espaço financiado por empresas privadas, por exemplo. Dessa forma, dobraremos o atendimento – que hoje é de cerca de 2 mil pessoas", comemorou.

Também participaram da cerimônia o vice-governador Paco Brito; os deputados Cláudio Abrantes, Delmasso, João Cardoso, Martins Machado, Roosevelt Vilela, Valdelino Barcelos e Júlio Cesar, além de autoridades de templos religiosos, como o arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa.

Entenda

De acordo com a lei, clubes e entidades sem fins lucrativos poderão assinar com a Terracap contrato de Concessão de Direito Real de Uso Sem Opção de Compra (CDRU-S) – uma espécie de escritura pública do terreno – registrada no cartório imobiliário. Dessa forma, eles garantem a ocupação regular do local por 30 anos, prorrogável por igual período.

Ao assinar a CDRU, os proponentes podem optar entre pagar pelo espaço de duas formas: pelo preço público mensal, com uma taxa de 0,10% a 0,15% incidente sobre o valor da avaliação do imóvel (CDRU-C) ou pela retribuição em moeda social, que substitui o preço público da concessão (CDRU-S).

O clube ou igreja poderá prestar, de forma contínua, serviços gratuitos a diversos grupos vulneráveis em troca da ocupação da unidade imobiliária. Assim, a CDRU será gratuita se a associação ou entidade comprovar que presta ou prestará serviços para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social; alunos de instituições públicas de ensino; pessoas encaminhadas por organizações da sociedade civil, e entidades de assistência social, especialmente idosos e pessoas com deficiência, pessoas encaminhadas pelos centros e núcleos de formação olímpicos e paralímpicos ou pelos centros universitários.

> "AO SANCIONAR ESTA LEI, ESTAMOS CUIDANDO DA POPULAÇÃO DO DF, FAZENDO COM QUE ESSAS INSTITUIÇÕES TENHAM A LIBERDADE E A SEGURANÇA JURÍDICA PARA PROSSEGUIREM COM O TRABALHO"
>
> **IBANEIS ROCHA,** governador do DF

PAULO H CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Ibaneis entregou primeiros documentos pelo apoio em moeda social

Reconhecimento de ações

Para a modalidade de concessão mediante retribuição em moeda social, o clube ou entidade deve apresentar, após a assinatura da escritura pública de concessão, plano de trabalho bienal com a programação de atividades desportivas, educacionais, culturais, de saúde pública, de ações sociais, recreativas, de lazer ou de conveniência social a serem promovidas aos grupos indicados.

O projeto das instituições e igrejas será analisado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e o de clubes pela Secretaria de Esporte e Lazer.

A secretária de Desenvolvimento Social, Mayara Noronha Rocha, lembrou a importância da parceria do governo local com os clubes, igrejas e entidades. "É impossível não reconhecer o trabalho dessas instituições e desassociar da atuação do Estado, que tem o dever de dar o mínimo de dignidade para a população. Porém, jamais teríamos condições de dar uma atenção de forma tão ágil e próxima sem essas entidades que estão na ponta", declarou Mayara Rocha.

De acordo com o presidente da Câmara Legislativa do DF (CLDF), Rafael Prudente, pouca coisa havia sido feita sobre esse projeto de lei. "Agradeço a todas as autoridades envolvidas para aprimorar essa lei. Este governo está de parabéns porque respeita as pessoas e todas as entidades", disse.

Novidades

Para as igrejas e entidades assistenciais, a assinatura de contratos de direito de uso mediante moeda social é permitida desde 2013, mas a legislação nunca foi aplicada porque havia interpretações de exigências que dificultavam a concessão das escrituras.

A partir de agora, a regularização das igrejas com a moeda social também será facilitada, pois a nova legislação cria critérios objetivos para as concessões. Outra novidade é a previsão de licitações públicas de concessão de direito real de uso de terrenos da Terracap, com participação exclusiva de entidades religiosas ou de assistência social, para aquelas igrejas que não têm sede própria.

SAIBA MAIS

» **A lei ainda determina a abertura de campanha de renegociação e repactuação de dívidas de clubes, igrejas e entidades de assistência social perante a Terracap, amenizando os efeitos da pandemia de Covid-19. E também permite que entidades endividadas e sem capacidade de pagar o parcelamento dos seus lotes possam transformar a dívida em concessão onerosa, aproveitando o que já havia sido pago.**

» **Para as igrejas e entidades assistenciais, a assinatura de contratos de direito de uso mediante moeda social é permitida desde 2013, mas a legislação nunca foi aplicada porque havia interpretações de exigências que dificultavam a concessão das escrituras. "A concessão gratuita por moeda social para igrejas nunca foi tirada do papel porque havia muita burocracia que limitava o acesso dos templos a esse direito", afirmou o assessor especial para Assuntos Religiosos do GDF, Kildare Meira.**

CPI DA COVID

Primeira prisão de um depoente

Ex-diretor de logística do Ministério da Saúde foi acusado de mentir sobre pedido de propina

HYLDA CAVALCANTI
redacao@grupojbr.com

Depois de uma reunião de mais de dez horas, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), pediu a prisão do depoente, o ex-diretor de logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias. Aziz afirmou que áudios de conversas do ex-diretor que foram gravados e entregues à CPI se contrapuseram à fala dele, que negou todas as acusações que lhe foram feitas – inclusive a de ter pedido propina durante negociação para compra da vacina indiana Covaxin. Roberto Dias também se recusou, com evasivas, a passar várias informações para a comissão.

"Tenho tido respeito por todos os colegas senadores, mas tenho sido desrespeitado nesta comissão por depoentes que apresentam historinhas e mentem flagrantemente quando chegam aqui. Não aceito que esta CPI vire chacota", destacou o senador.

"Temos mais de 500 mil mortos pela pandemia. O ex-diretor está preso sim, por mentir, por perjúrio. E se eu estiver cometendo abuso de autoridade que a advogada dele me processe. Todo depoente que mentir e que brincar nesta comissão, terá o mesmo destino", acrescentou Aziz.

A decisão do presidente da CPI foi contestada por vários senadores, que pediram para que revisse sua posição, de forma a equilibrar o tratamento dado a outros depoentes. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apelou para que em respeito a precedentes anteriormente adotados, Dias fosse liberado.

Também a senadora Simone Tebet (MDB-MS) pediu para que o depoente fosse liberado e fosse feita uma acareação entre ele e o ex-secretário executivo do ministério, Elcio Franco. "Depois dessa acareação, poderemos ver quem vai ser preso, ou se a CPI decreta a prisão dos dois", ponderou a parlamentar.

"Parece que todos mentiram, menos o Dominguetti (Luiz Dominguetti, representante da empresa Davati, que fez a denúncia contra o ex-diretor) e o Luís Miranda (deputado federal que denunciou irregularidades no contrato da Covaxin no ministério).

Mesmo assim, o presidente da comissão manteve o que decidiu. Mesmo depois da ordem de prisão, qualquer posição, "o colegiado está solidário com a decisão de Aziz", afirmou.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Roberto Ferreira Dias disse aos senadores que encontro com Dominguetti foi casual e que não pediu propina pela compra da vacina Covaxin

> "TENHO TIDO RESPEITO POR TODOS OS COLEGAS SENADORES, MAS TENHO SIDO DESRESPEITADO NESTA COMISSÃO POR DEPOENTES QUE APRESENTAM HISTORINHAS E MENTEM FLAGRANTEMENTE QUANDO CHEGAM AQUI. NÃO ACEITO QUE ESTA CPI VIRE CHACOTA."
>
> **OMAR AZIZ**, presidente da CPI

Dias ainda respondeu a algumas perguntas dos senadores. Ele saiu preso da sala da CPI às 19h.

Ao final dos trabalhos, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que os trabalhos continuam e que a decisão de Aziz não representa racha algum no colegiado. "O presidente usou de uma prerrogativa que possui. Toda comissão tem convergências e divergências e isso não enfraquecerá nossas atividades", frisou.

Além de Rodrigues, também o senador Humberto Costa (PT-PE) destacou que independente de

Durante o seu depoimento, Roberto Ferreira Dias negou as acusações contra ele, mas citou detalhes de reuniões e encontros feitos por representantes de empresas no ministério – o que, na opinião de muitos parlamentares, ajudou a entender a dinâmica das negociações dentro da pasta.

O ex-diretor afirmou que o encontro que teve com o representante comercial da Davati, Luiz Dominguetti – que o acusou de ter pedido propina durante um jantar para fechar contrato para aquisição de vacinas – foi "acidental". Contou que o jantar não era com o fornecedor, mas com um amigo. E ao chegar no restaurante encontrou o coronel Marcelo Blanco, ex-assessor do ministério, que estava com Dominguetti.

Conforme relatou, ele chegou por volta das 18h30 no dia 25 de fevereiro, no restaurante Vasto, em Brasília, para encontrar com um amigo chamado José Ricardo. Pouco tempo depois chegou no mesmo local o coronel Blanco e Dominguetti. "Esse jantar não era com fornecedor, era com o amigo. Como chegou lá o coronel Blanco, eventualmente eu converso com ele", afirmou.

SAIBA MAIS

- » **O Ministério da Defesa emitiu nota de repúdio à fala do senador Omar Aziz (PSD-AM), sobre suposto envolvimento de integrantes das Forças Armadas em ilícitos. "Fazia muitos anos que o Brasil não via membros do lado podre das Forças Armadas envolvidos com falcatrua dentro do governo, fazia muitos anos", disse o parlamentar durante depoimento da sessão da comissão desta quarta-feira, 7.**
- » **A declaração foi dirigida ao depoente Roberto Dias, que foi sargento da Aeronáutica e cujo nome foi citado em denúncias de irregularidades na aquisição de vacinas pelo governo federal.**
- » **Na nota, assinada pelo ministro da Defesa Walter Braga Neto e pelos comandantes de Marinha Exército e Aeronáutica, chama a acusação de "grave, infundada e irresponsável". "As Forças Armadas não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo brasileiro", diz o documento.**

Alvo agora é o ex-número 2 da Saúde

O ex-diretor de logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, disse que no restaurante, ao sentar à mesa, Luiz Dominguetti se apresentou como vendedor de vacinas e então sugeriu que ele solicitasse uma agenda oficial no Ministério da Saúde.

Dias negou à CPI ter pedido propina e afirmou que nunca pressionou nenhum servidor para avançar qualquer processo e que a negociação para a compra da Covaxin não avançou porque a empresa Davati não apresentou a documentação necessária.

O ex-diretor qualificou Dominguetti como "um picareta, que tentava aplicar golpes em prefeituras e no Ministério da Saúde". "É um homem que mostrou não ser merecedor de crédito por parte dessa Casa", ressaltou. Também fez questão de deixar clara a importância do papel do ex-secretário executivo, Elcio Franco, em todo o processo de aquisição de vacinas. "Não fazia, no meu cargo, triagem de proposta do que interessa ao governo. Mas na qualidade de subordinado do secretário-executivo, não posso passar ao meu chefe uma proposta sem pé nem cabeça", frisou.

Independentemente do pedido de prisão, para os senadores da CPI, o depoimento ajudou a mostrar que Elcio Franco, que assinou ofício para centralizar na sua pasta as negociações das vacinas contra a covid, teve atuação principal em todo o processo de distribuição e aquisição desses imunizantes.

Ficou claro que Elcio Franco recebeu superpoderes e é o grande responsável pelos atrasos das vacinas, pelos contratos com irregularidade e até pelas tentativas de golpe nesses contratos. Temos um personagem central a partir deste depoimento", afirmou Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.gov.br

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2021
NIRE 53300002819 CNPJ 00.357.038/0001-16

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede social da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Bloco "B", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, por videoconferência através da ferramenta Microsoft Teams, reuniram-se, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 14, 15 e 16 de abril do corrente ano no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar os assuntos da Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia o advogado DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, portador da identidade nº 33.969 - OAB/DF. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Conselheiro ROBERTO PARUCKER, representado pela Advogada LUDMILA OLIVEIRA REZIO MAIA, portadora da identidade profissional nº 21.416 - OAB/DF, e do CPF nº 893.938.641-87, que agradeceu a presença dos acionistas, do Contador da Eletronorte, ALEXANDRE LIRA DA ROCHA, inscrito no CRC-DF-18622/O-0, dos Contadores Sr. EDER ALMEIDA, inscrito no CPF 967.051.401-00 e no CRC- DF-027184/O-4 e MARCOS MAGNUSSON DE CARVALHO, inscrito no CPF 251.010.038-67 e no CRC 1SP215373/O-9, representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e do Sr. RAFAEL REZENDE BRIGOLINI, Conselheiro Fiscal. Em seguida, verificando o "Livro de Presença de Acionistas", a Sra. Presidente da Assembleia constatou a presença de mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da mesma. Abrindo a sessão, convidou para secretariar a reunião a mim, advogado DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz Terminada a leitura, o Presidente passou à Ordem do Dia, colocando em discussão e votação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Eletronorte, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado das mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social de 2020, documentos estes publicados no Jornal de Brasília e no Diário Oficial da União do dia 19.04.2021 tendo, ainda, informado que os mesmos estiveram à disposição de todos, pelo prazo legal de trinta dias, conforme Aviso de que trata o Art. 133 da Lei 6.404/76, publicado nos dias 22, 23 e 24.03.2021 no Diário Oficial da União Ee no Jornal de Brasília. Pedindo a palavra, o advogado DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, representante da Eletrobras, propôs, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-263/2021, de 22.04.2021, a aprovação das Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2020. Em face do resultado da votação, a Sra. Presidente declarou aprovados os aludidos documentos, passando ao segundo item da Ordem do Dia, referente à destinação do resultado do exercício, pedindo que fossem lidos a Proposta da Diretoria e o respectivo parecer do Conselho Fiscal, a seguir transcritos: PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA (RD-0058/2021, de 19.03.2021 - DEL-0014/2021, de 22.03.2021). "A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte propõe a seguinte destinação ao lucro líquido apurado por ocasião do encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$ 2.211.188.862,30 (dois bilhões, duzentos e onze milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta centavos):

R$ 92.653.487,29 (noventa e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado* destinados para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (* O saldo a ser destinado para reserva de incentivos fiscais deve ser deduzido da base de cálculo da Reserva Legal, conforme orientação da CVM);

R$ 358.119.116,29 (trezentos e cinquenta e oito milhões, cento e dezenove mil, cento e dezesseis reais e vinte e nove centavos) destinados para reserva de incentivo fiscal, em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

os prejuízos acumulados, decorrentes (a) da aquisição da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., no montante de R$ 3.089.029.059,20 liquido da reapresentação do ativo contratual Ofício CVM 04/2020 em 31.03.2020; (b) dos impactos da reapresentação do Ativo de Contrato da Transmissão de Energia Elétrica, em decorrência do entendimento da CVM, conforme Ofício 04/2020 no montante de R$ 373.737.608,08; (c) dos impactos da reapresentação do Ativo de Contrato da Transmissão de Energia Elétrica nas investidas NBTE e BMTE, em decorrência do entendimento da CVM, conforme Ofício 04/2020 no montante de R$ 5.732.740,10 positivo; e (d) ajustes nas provisões para fazer face ao contencioso da Companhia, no valor de R$ 54.541.408,54 com respectivo impacto nos créditos de ativo fiscal diferido no valor de R$ 18.544.078,90, ambos à título de ajustes de exercícios anteriores, foram absorvidos integralmente (1) por parte do lucro do exercício de 2020 (R$ 1.760.416.258,72) e pela reversão de parte do saldo da Reserva de lucros de (R$ 1.732.614.998,09) em conformidade com o art. 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a quitação dos dividendos não distribuídos do exercício de 2018 no valor de R$ 1.019.671.054,19 (um bilhão, dezenove milhões, seiscentos e setenta e um mil, e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos) até 31.12.2021;

o pagamento parcial dos dividendos não distribuídos do exercício de 2019 no valor de R$ 291.468.685,55 (duzentos e noventa e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) até 31.12.2021;

a quitação dos dividendos do exercício de 2018 e o pagamento parcial dos dividendos do exercício de 2019 projetados pela atualização da SELIC até 31.12.2021 corresponderá a R$ 1.438.164.003,00 estando de acordo com o PNG 2021-2025.

a participação nos lucros e resultados: Por tratar-se de obrigação construtiva, decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Eletronorte, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20.12.2000, e aprovação da SEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, no montante de até R$ 118.599.020,00 (cento e dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil e vinte reais).

"PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, constituída dos seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício; e) Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício; f) Demonstração do Valor Adicionado do Exercício; e g) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório da Administração; a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício e a remuneração aos Acionistas na forma de dividendos decorrentes da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, constituída em exercícios anteriores. Dessa forma, com base nos exames efetuados e considerando o Parecer da PwC Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2021, opina que os referidos documentos retratam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e de resultado da Empresa, observada a ênfase dos Auditores Independentes, e considera que os documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária. Brasília-DF, 22 de março de 2021. (Ass.) JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA e JOÃO VICENTE AMATO TORRES." Em sequência, a Sra. Presidente colocou a proposta em discussão e votação. O representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-263/2021, de 22.04.2021, pela aprovação da destinação do resultado do Exercício Social de 2020, ressaltando-se que conforme a Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-032/2021, de 22.01.2021, os dividendos totais a serem pagos em 2021 pela Eletronorte devem ser integralmente quitados até outubro de 2021. Em seguida, a Sra. Presidente solicitou a manifestação dos presentes para o terceiro e quarto itens da Ordem do Dia, que trata da eleição do Conselho de Administração, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, da AGO/2021 até a AGO/2023. Pedindo a palavra, o representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-263/2021, de 22.04.2021, na eleição, para integrar o Conselho de Administração nos indicados: a) pela Eletrobras, votar pela eleição da Sra. CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO, votar pela extensão do prazo de gestão do Sr. ROBERTO PARUCKER e do Sr. MÁRCIO SZECHTMAN, tendo em vista que o processo de indicação está em andamento. b) aprovar a indicação do Sr. MÁRCIO SZECHTMAN para presidente do Conselho de Administração e da Sra. CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO para substituta do Presidente do Conselho de Administração, conforme art. 19, § 11 do Estatuto Social da Eletronorte; c) membros independentes: votar pela extensão do prazo de gestão da Sra. GISÉLIA DA SILVA e do Sr. LEONARDO DE PAIVA ROCHA, tendo em vista que o processo de indicação está em andamento. d) indicado do Ministério da Economia - ME: votar pela extensão do prazo de gestão do Sr. RAFAELO ABRITTA, tendo em vista que o processo de indicação está em andamento. e) representante dos empregados: designar o Sr. IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA, escolhido dentre os empregados ativos da Companhia, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, conforme a Lei nº 12.353, de 28.12.2010 e CE PR-0021/2021, de 17 de março de 2021, para o mandato de 2 (dois) anos, com vigência até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. Não havendo outra manifestação, a Sra. Presidente declarou aprovada por unanimidade a proposta da Eletrobras, nos termos do Art. 9º, Inciso III, do Estatuto da Eletronorte. Dando seguimento aos trabalhos, a Sra. Presidente pediu a manifestação dos Srs. Acionistas para o quinto item da Ordem do Dia, que trata da eleição do Conselho Fiscal. Pedindo a palavra, o representante da Eletrobras, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-263/2021, de 22.04.2021, propôs e neles votou para compor o Conselho Fiscal, com prazo de atuação de 2 (dois) anos, da AGO/2021 até a AGO/2023: a) indicado pela Eletrobras: votar pela eleição do Sr. FRANCISCO DE ASSIS DUARTE DE LIMA (suplente); b) votar pela extensão do prazo de atuação dos Srs. JOÃO VICENTE AMATO TORRES (titular) e MARCOS JOSÉ LOPES (suplente); c) indicados pelo Ministério de Minas e Energia - MME: votar pela extensão do prazo de atuação do Sr. JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA (titular); d) indicados pelo Ministério da Economia - ME: votar pela extensão do prazo de atuação dos Srs. RAFAEL RESENDE BRIGOLINI (titular) e FABIO JOSÉ PEREIRA (suplente). Em seguida, a Sra. Presidente solicitou a manifestação dos presentes para o sexto e último item da Ordem do Dia, que trata da Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal Pedindo a palavra, o representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-263/2021, de 22.04.2021, na remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme o Ofício SEI nº 97695/2021/ME, de 19 de abril de 2021, e a Nota Técnica SEI nº 16027/2021/ME, nos termos constantes do parágrafo 16: a) fixar em até R$ 8.499.672,78 o montante global a ser pago aos administradores dessa empresa, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; b) fixar em até R$ 178.269,62 a remuneração total a ser paga aos Conselheiros Fiscais, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; c) fixar os honorários mensais dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; d) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atende-se aos limites definidos na alínea "a" e "b"; e) vedar expressamente o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 152; g) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 9.144/2017, devendo o reembolso ao cedente limitar-se ao montante individual aprovado para esse membro em Assembleia Geral; h) esclarecer que a responsabilidade sobre a regularidade do pagamento de INSS e FGTS é das empresas estatais, por tratar-se de matéria que requer análise jurídica de cada empresa; i) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, nos termos da Súmula nº 269 do TST; j) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; k) esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral; l) condicionar o pagamento da Remuneração Variável Anual - RVA dos Diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos Programas de RVA aprovados previamente pela SEST; m) aplicar, se for o caso, reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de Programas de RVA de exercícios anteriores em que, considerando o lucro líquido do exercício de 2019, houver queda superior a 20% quando comparado aos anos-base dos Programas, nos termos da legislação vigente; n) condicionar o pagamento da "previdência complementar" ao disposto no artigo nº 202, §3º da CF/88 e no artigo nº 16 da Lei Complementar nº 109/2001. Esgotados os itens da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da presente ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a ata assinada pela Presidente, por mim, Secretário, e pelos demais acionistas, dela se extraindo as cópias necessárias aos fins legais. (Ass.) ROBERTO PARUCKER - p.p. LUDMILA OLIVEIRA REZIO MAIA - Presidente e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA - Secretário da Assembleia.

Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretário da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 245 a 250 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 1704299, em 01.07.2021.

doALTOdaTORRE

Hylda Cavalcanti
Catarina Lima
redacao@grupojbr.com

CONECTIVIDADE

O deputado federal Professor Israel (PV-DF) faz parte do grupo de parlamentares que está defendendo a Lei de Conectividade, que garante acesso à internet para milhões de estudantes brasileiros. A legislação é alvo, agora, de uma ação ajuizada pelo Governo Federal no STF.

MARYANNA OLIVEIRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Condições

O acesso foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, durante a sanção da lei, mas o veto foi derrubado pelo Congresso no mês passado. O Executivo, então, decidiu entrar na Justiça argumentando falta de condições do Tesouro para bancar o valor a ser gasto. Várias entidades já se articulam para manifestar-se durante o julgamento da ação.

Desigualdades

"Vemos, mais uma vez, o Governo tentar se eximir da responsabilidade com a Educação. Essa lei nasceu como uma reação do Congresso à falta de planejamento do MEC para garantir aos alunos e professores acesso à internet em meio à pandemia. Com recursos do Fust, podemos reduzir as desigualdades no ensino remoto", frisou Israel.

Prioridade

A deputada federal Celina Leão (PP-DF) trabalha pela votação esta semana, na Câmara, do Projeto de Lei (PL) 2112/21, que inclui como grupo prioritário no plano nacional de vacinação contra a covid gestantes, lactantes (mulheres que acabaram de dar à luz), além de crianças e adolescentes com deficiência permanente ou comorbidades.

Empenho

"No que depender da bancada feminina vamos votar a proposta rapidamente para que a questão se torne realidade em todo o Brasil. Nós sabemos o que significa para essas mães estarem vacinadas", afirmou a parlamentar. O texto foi aprovado no último dia 15 pelo Senado. Passando na Câmara sem alterações, seguirá direto para sanção.

Essenciais

Os bancários do Distrito Federal comemoraram a decisão do Ministério da Saúde, terça-feira (6), de incluir a categoria entre as atividades essenciais no plano nacional de imunização contra a covid-19. Eles vinham pleiteando isso há dias em várias mobilizações nos setores comerciais Sul e Norte, além de atuar por meio das redes sociais.

Prejudicados

"O trabalho setorial junto à população neste sentido vinha sendo feito porque temos sido extremamente prejudicados nesta pandemia. A categoria tem atuado na linha de frente desde o início, faça chuva ou sol, correndo riscos de adoecimentos ou mortes", ressaltou o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Kleytton Morais.

Atraso

Segundo ele, o direito à vacina chega "com muito atraso", mas, além de ter esse sentido de correção de injustiça, vem ainda "a tempo de contribuir para o controle sanitário a partir dos bancos e de salvar vidas de muitos bancários e bancárias, dando proteção também aos seus familiares e às pessoas que se dirigem às agências em busca de atendimento".

Trombofilia

O deputado distrital Hermeto (MDB) comemora a sanção, na última semana, da lei 6.882/2021, que estabelece a obrigatoriedade de realização, no DF, do exame que detecta a trombofilia a toda mulher em idade fértil. A legislação foi aprovada pela Câmara Legislativa do DF (CLDF) a partir de um projeto do parlamentar.

Exames

De acordo com Hermeto, o texto assegura que todas as mulheres com idade entre 10 e 49 anos tenham acesso aos exames que identificam a doença e que constam na tabela de Procedimentos do SUS, em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados credenciados, mediante guia de solicitação médica.

Alzheimer

Enquanto isso, está próximo de ser sancionado projeto aprovado recentemente pela CLDF que institui a política distrital para a prevenção, tratamento e apoio às pessoas com doença de Alzheimer e outras demências, aos seus familiares e aos cuidadores.

Sem despesas

Na prática, os distritais aprovaram um texto substitutivo ao original, apresentado pelo deputado João Gomes (sem partido). "Trata-se de um projeto que não cria despesas, não importa em renúncia de receitas, nem cria órgãos ou obrigações, mas diretrizes que iluminem as políticas públicas de saúde", justificou o distrital.

Atualização

A ministra Flávia Arruda, titular da secretaria de Governo da Presidência da República, defendeu ontem o projeto de lei que está sendo encaminhado ao Congresso para atualizar a lei em vigor sobre os profissionais de educação física e regulamentar tanto o Conselho Federal como conselhos regionais desta categoria.

Segurança

Segundo Flávia, ela própria formada em Educação Física, o texto, quando aprovado, dará maior segurança jurídica aos cerca de 550 mil profissionais que atuam no Brasil. "O projeto os deixará definitivamente reconhecidos e colocados no mesmo patamar das demais profissões", disse.

Questionamento

A Lei 9698, que regula a categoria desde 1998, está prestes a ser derrubada por uma ação que tramita no STF questionando a legitimidade dos conselhos. "Da forma como foi construído, o projeto protege os educadores e a população, perante os órgãos de controle para desempenhar suas atividades físicas", destacou a ministra.

Reversão

A Justiça do DF recebeu, recentemente, denúncia oferecida pelo Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) do MPDFT contra um homem com residência e escritório no Sudoeste que se passava por psicólogo e oferecia tratamento para a reversão da homossexualidade em heterossexualidade.

Charlatanismo

Ele vai responder pelos delitos de racismo, charlatanismo e exercício ilegal da profissão de psicólogo. De acordo com o NED, ficou comprovado ao longo das investigações que o denunciado praticava charlatanismo ao cobrar R$ 29 mil por tratamento "vitalício" e "sem falhas" para "homossexualismo".

Reparo

Na denúncia, o MPDFT salienta que o homem praticou e induziu a discriminação e preconceito de raça, na modalidade racismo social por orientação sexual (homofobia). Além de pedir a condenação na esfera criminal, o NED pede que o denunciado pague R$ 40 mil reais de reparação pelos danos causados à coletividade.

Pesquisa

A CLDF está realizando uma pesquisa de opinião, aberta a todos os cidadãos do Distrito Federal, para colher avaliações da sociedade sobre os serviços prestados pela Casa. O trabalho avaliará aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológico, ambientais e legais.

Planejamento

Segundo o coordenador da empreitada,Thiago Brandão, os dados apurados embasarão o planejamento estratégico 2021-2030 da CLDF, de forma a melhorar o serviço prestado pelo Legislativo distrital à população. O formulário está disponível, via internet, aos cidadãos de todas as regiões do Distrito Federal até o dia 10 de agosto.

Interação

A última pesquisa do tipo foi realizada pela Casa em 2010. De acordo com Brandão, "representou grande avanço na profissionalização, transparência e melhoria na interação entre a CLDF e a sociedade".

Abertura

A partir deste sábado (10), a cúpula do Planetário de Brasília estará aberta, com apresentação de uma sessão diária. Segundo informações do GDF, o material exibido será selecionado de forma alternada para que a cada dia da semana seja apresentado um filme diferente, com duração média de 45 minutos.

Redução

Por conta das medidas de prevenção à covid, a capacidade de público foi reduzida para 35 pessoas e as poltronas serão higienizadas com álcool 70 graus após cada uma das sessões, além de isoladas umas das outras com fita zebrada. Mesmo assim, a abertura das atividades já é considerada uma boa notícia para os apreciadores do local.

NOVA AMEAÇA DO PRESIDENTE

Bolsonaro diz, sem provas, que Aécio derrotou Dilma

"Nosso lado pode não aceitar o resultado das eleições", diz Bolsonaro sobre a não aprovação do voto impresso

Ao defender o voto impresso nas eleições de 2022 em uma entrevista ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse que, sem o artifício, um dos lados da disputa questionaria o resultado e que, "obviamente", este seria o lado dele.

"Eles vão arranjar problemas para o ano que vem. Se este método continuar aí, sem, inclusive, a contagem pública, eles vão ter problemas. Porque algum lado pode não aceitar o resultado. Este algum lado, obviamente, é o nosso lado, pode não aceitar o resultado", disse Bolsonaro em entrevista à Rádio Guaíba, do Rio Grande do Sul.

O presidente fez a defesa do voto auditável, reafirmou que apresentaria provas de que houve fraudes nas eleições de 2014 e 2018 e afirmou que, na disputa entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), foi o tucano quem venceu o pleito.

"O nosso levantamento aqui, né, o nosso levantamento, feito por gente que entende do assunto, que esteve presente lá dentro, acompanhou toda a votação, ele garante que sim [Aécio foi eleito]."

"E o que eu vi, eu não sou técnico em informática, mas o que eu vi, está comprovado, no meu entender, a fraude em 2014. O Aécio foi eleito em 2014", disse o presidente, sem apresentar nenhuma evidência - naquele disputa Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 52% dos votos, ante 48% do tucano Aécio, com vantagem de cerca de 3,5 milhões de votos.

Ataque a Barroso

Na conversa com debatedores simpáticos a ele, Bolsonaro disse que "a democracia se vê ameaçada por alguns de toga que perderam a noção de até onde vai [sic] os seus deveres, os seus direitos" e acusou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, de ser contra o voto impresso por interesses próprios.

"Por que Barroso não quer transparência nas eleições? Porque ele tem interesse pessoal nisso?", afirmou, acusando-o de negociar o apoio de partidos no Congresso.

Como mostrou a coluna Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, os partidos que são contrários à adoção do voto impresso para as eleições de 2022 devem trocar os deputados da comissão especial que analisa o tema para fazer maioria e derrubar o projeto de lei no colegiado. Em 26 de junho, 11 partidos se uniram contra o voto impresso - PSDB, MDB, PP, DEM, Solidariedade, PL, PSL, Cidadania, Republicanos, PSD e Avante.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Dias Toffoli se reuniram em café da manhã em 30 de junho com lideranças partidárias, que expressaram a eles seu apoio ao voto eletrônico e refutaram a adoção de medidas para viabilizar o voto impresso em 2022.

Apesar das denúncias de pedido de propina na compra de vacinas contra a covid, Bolsonaro insistiu que não há caso de corrupção em seu governo, já que não houve o pagamento efetivo nos casos apurados pela CPI do Senado.

No final de junho, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luís Felipe Salomão, deu 15 dias para que o presidente Bolsonaro apresente as provas que diz ter sobre uma suposta fraude no sistema eletrônico de votação nas eleições de 2018. Salomão também mandou instaurar um procedimento administrativo para apurar a existência ou não de elementos concretos que possam ter comprometido as eleições de 2018 e 2020.

ALAN SANTOS/PR

Bolsonaro: "A democracia se vê ameaçada por alguns de toga"

Presidente nega casos de corrupção

O presidente Jair Bolsonaro admitiu que existem pessoas "com interesse" no Ministério da Saúde, diante de orçamento diário de R$ 550 milhões da Pasta. O orçamento atrairia pessoas com interesse de "entrar lá e fazer besteira".

Bolsonaro, porém, voltou a afirmar que, apesar da propensão para malversação de recursos públicos e dos supostos esquemas revelados envolvendo o ministério, seu governo não tem casos de corrupção. "Não compramos uma dose (da Covaxin), não pagamos um centavo. Estamos há dois anos e meio sem corrupção", disse, na entrevista à rádio Guaíba.

Segundo o presidente, uma vez que o governo não comprou doses da vacina Covaxin, contra a covid-19, nem fez o pagamento das reservas, não é possível afirmar que houve desvios de recursos públicos. A CPI da Covid no Senado, no entanto, apura irregularidades no contrato de compra dos imunizantes.

WILLIAM WAACK

redacao@grupojbr.com

ASSOMBRAÇÕES

Vamos considerar que o presidente da República viva acometido de assombrações, que o levam ao twitter publicar suposições. Uma delas é a de que brasileiros a serviço do comunismo cubano dispõem de material comprometedor contra ministros do STF. Registros de surubas com crianças e traficantes, usados para chantagear integrantes da Suprema Corte

É o que explica, segundo as suposições do presidente, que ministros do STF tenham tornado Lula elegível, atacado a família do presidente, apoiado medidas "socialistas" que cerceiam a liberdade de ir e vir, quebrado sigilo de gente honesta acossada por vagabundos na CPI no Senado, protegido governadores que fomentam desemprego para derrubar o governo e se articulado para garantir que urnas eletrônicas fraudáveis permaneçam em uso.

Ao publicar em redes sociais assombrações que o consomem, o presidente reforçou em integrantes do Supremo a convicção de que está perigosamente desequilibrado. O que torna cálculos e previsões políticas muito difíceis, pois estão à mercê de um possível desatino: e se as assombrações o fizerem correr não para o twitter, mas para alguma ação destrambelhada?

"Nós tratamos de erguer mais alto ainda a cerca elétrica em volta dele", disse um dos integrantes do STF. O "nós" é o grupo de ministros que levou adiante uma elaborada articulação para bloquear a tramitação de matéria legislativa que permita a introdução do voto impresso. De acordo com as assombrações com as quais opera suas decisões políticas, Bolsonaro já pode declarar as próximas eleições como fraudadas. O voto impresso dificilmente vai passar e, portanto - nas assombrações bolsonaristas - as eleições não serão limpas.

Diante desse "fato", Bolsonaro pretende agir de que maneira? O STF é seu alvo preferencial e aí está desenhada claramente a possibilidade de uma ruptura institucional. Há dois motivos que fazem o presidente se sentir seguro em relação aos ataques que faz ao Judiciário como poder e a alguns dos ministros do Supremo. O primeiro é que o Supremo vem aumentando e não diminuindo o ativismo judicial - há uma forte discussão sobre o que veio primeiro, o fracasso da política ou o ativismo dos togados, mas o resultado final é o mesmo. Nada anda sem o STF, tudo passa por lá.

O segundo motivo é o fato de que as decisões dos juízes impactam sobre todos os aspectos da vida nacional, não só as eleições, e algumas delas atentam contra o senso comum - especialmente quando se trata de combate à corrupção. Mudar o STF por dentro com a indicação de dois (e talvez três, dependendo da aposentadoria precoce de mais um ministro) é o tipo de "marcha através" das instituições que demanda paciência, cálculo e muita costura. São características que não combinam com Bolsonaro.

Bolsonaro não tem um plano de governo, vive de impulsos e tudo subordinado à reeleição, mas seus adversários no Supremo também não, além de bloquear o que pareça perigo concreto imediato (como o voto impresso). Estão convencidos de que o capitão reformado nunca vai mudar, e que seu evidente desequilíbrio só vai se acentuar. Mas acham que só Bolsonaro derruba Bolsonaro no momento: o centrão capturou o centro do poder (via alocação de recursos), e uma denúncia por parte do PGR é uma possibilidade mas não - no momento - uma forte probabilidade.

Um processo de impeachment está no aguardo do "tipping point", quando uma balança se inclina fortemente para um lado, mas não parece imediato. Esse tenso equilíbrio de espera talvez só seja rompido pelo "monstro", o humor de vastas camadas da população, o sentimento e as emoções que crises profundas moldam de maneira às vezes imperceptível, até um súbito desfecho. O presente derretimento eleitoral de Bolsonaro e sua forma de governar parecem indicar exatamente isso: uma situação dificílima de ser revertida (do ponto de vista do presidente), mesmo com dinheiro para gastar em auxílios emergenciais e programas sociais.

É o que provavelmente provoca e alimenta as assombrações.

ESPLANADA

Leandro Mazzini
Com equipe DF, SP, RJ e PE
reportagem@colunaesplanada.com.br

TERRENOS SAGRADOS

A Igreja Católica no Ceará se vê diante de um daqueles casos surreais de venda de paraísos (aqui na Terra). O Tribunal de Justiça do Estado vai julgar em breve uma ação na qual a Arquidiocese requer a restituição de posse de 750 mil metros quadrados, de sua propriedade, de terra negociada por um empresário de Juazeiro do Norte sem o consentimento do arcebispo. O problema é que na terra "sagrada" da Igreja já existem mais de 700 lotes negociados – e residências – vendidos por este 'empreendedor' imobiliário. Ele alega que um pároco do Crato o concedeu procuração para isso há muitos anos. Os advogados da Igreja discordam e apontam que o documento não dá legitimidade sobre a posse e que só o bispo poderia ter autorizado o negócio.

Abençoados

Para não comprar uma briga maior – principalmente com muitos fiéis que investiram nos terrenos – a Igreja não impetrou ação de pedido de despejo. Ainda.

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Crime & ganância

Se for comprovado o pedido de propina para a compra da vacina, pelo denunciante PM na CPI da Pandemia, o montante seria US$ 400 milhões – ou mais de R$ 2 bilhões.

Laços policiais

O Coronel Romualdo, da PM de Minas Gerais, citado pelo lobista (e também PM) Luiz Paulo Dominguetti (*foto*) na CPI como um contato abre-portas, é irmão da coronel Cláudia Romualdo, que tentou ser vice do bolsonarista Bruno Engler na disputa pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Já sabiam

Nas conversas de whatsapp reveladas até agora, os PMs indicam que sabiam do pedido de propina no Ministério da Saúde, mas não denunciaram – queriam, pelo contexto, levantar informações para levar ao presidente Bolsonaro um nome. Engler é o aliado mais próximo do clã Bolsonaro em BH.

Cada um por si

A esquerda no Rio de Janeiro, terceiro maior colégio eleitoral do país, segue desunida, com expoentes de diferentes partidos que acreditam terem chances para o Palácio Guanabara. Benedita da Silva (PT) repete que o partido não fechou apoio a Marcelo Freixo – que entra no PSB.

Indireta

E o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT), pré-candidato do partido na disputa estadual, crava que o eleitor não pode escolher alguém sem experiência no Executivo – numa crítica velada ao deputado federal Freixo.

Autopromoção

Há meses, o portal da AGU vem mostrando em vídeo sustentações de André Mendonça em ações da União no STF. É como um cartão de visitas dele. Para os ministros.

Bisturi nervoso

O governador paulista João Doria enfrenta os hospitais e as empresas de insumos hospitalares. Aumentou em 18% o imposto para o setor com o fim de benefícios fiscais.

Piruetas na rampa

A Caixa vai patrocinar mais uma modalidade de esporte – desta vez radical e investimento inédito no país. O banco estatal bancará campeonatos e a formação de atletas de skate, através da Confederação Brasileira de Skate.

Sustentabilidade virtual

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável vai realizar edição de seu fórum 2021 totalmente online, de 28 a 30 de setembro. Haverá participação de autoridades e empresários, além de formadores de opiniões estrangeiros.

Samba maçônico

Longe da Marquês de Sapucaí desde 2014, Paulo Costa Alves, o memorável puxador de samba Paulinho Mocidade, tetracampeão do Carnaval carioca, tem novo desafio. Além de se dedicar à carreira de cantor, ele agora é venerável mestre da Loja Maçônica Fraternidade de Realengo. Mas pelo rito tradicional das reuniões, não vale abrir as sessões com o seu tradicional "Alôooooo comunidade... Chegou a Hooooooora!!!"

ESPLANADEIRA

- **Market4u, rede de mercados autônomos, anuncia aquisição da Numenu e passa atender mais de 1.500 condomínios. # Drogaria Nova Esperança inaugura primeira loja conceito na região do Pacaembu, em SP. # Bike Itaú recebe mil bicicletas azuis personalizadas para anunciar chegada do Magazine Luiza ao Rio de Janeiro. # Com apoio do MEC, oito novos grupos de pesquisa de universidades federais foram selecionados e serão credenciados pela EMBRAPII.**

Esplanadeira é a seção da Coluna para divulgação de informações de mercado, artes, ação social, esportes e afins, sem qualquer vinculação publicitária ou financeira com este espaço. Sugestões para reportagem@colunaesplanada.com.br

MARYANNA OLIVEIRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator considerou cassação de Daniel Silveira "medida extrema"

DEPUTADO DANIEL SILVEIRA

Conselho de Ética aprova suspensão por 6 meses

O Conselho de Ética da Câmara aprovou o parecer do deputado Fernando Rodolfo (PL-PE) que recomenda a suspensão por seis meses do mandato do bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ) por ter publicado um vídeo com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e apologia à ditadura militar. O parecer foi aprovado ontem por 12 a 8. Deputados de PT, PSOL, PSB, Novo e PSDB protocolaram voto em separado pedindo a perda de mandato do bolsonarista.

Em resposta às manifestações contrárias a seu relatório, Fernando Rodolfo defendeu seu parecer. "Imunidade parlamentar não é impunidade. A imunidade parlamentar, quando foi pensada lá atrás, não foi para dar respaldo a esse tipo de comportamento do deputado Daniel. Mas penso que a perda de mandato é uma medida extrema", afirmou.

"Seis meses talvez seja pouco para o que ele fez, mas a perda de mandato considero uma medida muito extrema", continuou. "Perder um mandato pelo que ele fala eu imagino que seja perigoso e possa abrir um precedente muito grave nesta Casa." Rodolfo negou se tratar de um salvo-conduto ao deputado. "É uma medida que considero necessária para que ele entenda que esta Casa não vai respaldar seu discurso de ódio."

Silveira poderia contestar a suspensão junto à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas seu advogado informou que não pretende recorrer. No entanto ainda tem a possibilidade de rever a avaliação quando começar a correr o prazo regimental para que o recurso seja apresentado. A decisão final caberá ao plenário da Casa. No último dia 24 de junho, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou novamente a prisão do deputado.

Opinião

ARTIGOS

A estabilidade

Os acontecimentos dos últimos dias nos fazem refletir sobre a questão da estabilidade do servidor público. A previsão constitucional da proteção ao servidor tem em sua origem a garantia da "não interferência" de interesses políticos eleitorais ou até pessoais na execução de políticas públicas.

A PEC 32/2020, em tramitação no Congresso Nacional, propõe a limitação da estabilidade dos servidores públicos para as carreiras consideradas típicas de Estado, deixando os demais com sua condução de empregabilidade na decisão discricionária do governo de plantão.

Servir ao público, essa é a missão precípua do servidor público. O compliance exercido pelo Estado imputa fortes penalidades ao servidor que não atender às determinações legais no exercício de suas funções, mesmo que isso represente o atendimento a uma necessidade do cidadão. A frustração e o inconformismo da sociedade pelo não atendimento às suas necessidades, aliado ao discurso da crise nas contas públicas, se transformou na resistência à manutenção da estabilidade do servidor público.

A execução das políticas públicas não pode ser submetida ao interesse daqueles que querem utilizar a máquina do Estado para se locupletar do patrimônio da sociedade. Os últimos acontecimentos reforçam que o servidor público precisa estar empoderado para dizer não à interferência danosa dos maus gestores, mas fortalecido para a defesa do interesse do cidadão.

As políticas públicas devem ser conduzidas por quem quer servir ao público e não por aqueles que querem defender seus interesses espúrios na execução dos recursos do Estado.

A reforma administrativa deve seguir na direção do reforço da formação de servidores, fortalecendo a cultura de servir ao público como sua missão, mas protegidos dos que buscam o poder para defesa de seus próprios interesses.

VALDIR OLIVEIRA, superintendente do Sebrae no DF.
Twitter: @antoniovaldir
Instagram: @valdiroliveiradf
Facebook : Valdir Oliveira

CPI e questão penal

Desde o dia 27 de abril de 2021, data da instalação da CPI da Covid, o Senado Federal investiga fatos acerca das ações e omissões do Governo Federal no combate à pandemia do novo Coronavírus.

Neste tocante, formam a "linha de frente" da Comissão Parlamentar de Inquérito o senador Omar Aziz (PSD-AM) como presidente, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) como vice e Renan Calheiros (MDB-AM) como relator.

Neste ponto, importante trazermos as consequências penais que a CPI da Covid pode gerar, sendo elementar destacarmos que a mesma não possui finalidade de punir, mas sim de investigar os fatos, que posteriormente poderão ser imputados aos responsáveis pelas ações ou omissões no combate à pandemia.

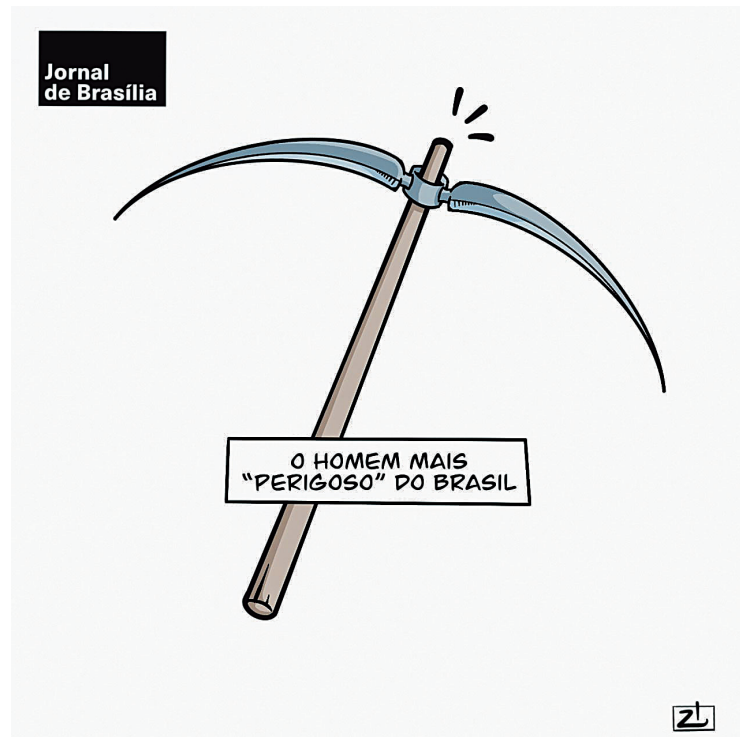
Imprescindível aclararmos que não compete, portanto, à CPI da Covid responsabilizar ou não o presidente da República, seus ministros, aliados, e até mesmo demais personagens que vão surgindo ao longo das fases, dos novos depoimentos prestados junto à comissão.

A finalidade primordial da CPI é trazer, após as oitivas das partes supostamente envolvidas em ações ou omissões, fatos que indiquem quem se houve ou não ações ou omissões por parte do governo federal, seus ministros ou demais envolvidos, como no caso da Covaxin, tratando-se, portanto, de ato de conclusão e não de sanção.

Portanto, após a conclusão da CPI da Covid, feito o Relatório Final, este será encaminhado ao Ministério Público e para a Advocacia Geral da União, que irão analisar juridicamente a medida a ser tomada, ou seja, se serão denunciadas ou não quaisquer das partes, onde competirá ao judiciário condenar ou absolver possível acusado.

Por derradeiro, resta claro que a CPI exerce papel democrático extremamente relevante ao nosso Estado Democrático de Direito, sendo elementar para se apurar políticos envolvidos em escândalos, crimes, aclarando o mesmo à nossa população.

MARCUS MANGINI, advogado criminalista

CHARGE

CARTAS DO LEITOR

Urna eletrônica

Novamente o presidente Bolsonaro presta um desserviço à democracia brasileira ao questionar a segurança das urnas eletrônicas e a lisura do processo eleitoral. Já participei como presidente de seção voluntário e testemunhei um processo seguro, rápido e transparente.

Considero válida a opinião de especialistas em segurança digital que o sistema eleitoral seja auditado por órgãos ou empresas não vinculados aos Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim sanando todas as dúvidas e certificando o processo. Entretanto, o presidente tem adotado uma postura infantil e ranzinza ao ignorar as inúmeras denúncias de corrupção e polemizar com discursos conspiratórios sobre o sistema eleitoral eletrônico brasileiro sobre o qual nunca comprovaram fraude, ao contrário das mazelas e trapaças do voto manual que ele defende.

DANIEL MARQUES, Virginópolis, MG

Rachadinhas

Pelo jeito, os filhos aprenderam com o pai Jair Bolsonaro o esquema das rachadinhas, assim como supostamente estão envolvidos. Pelo menos é o que mostra áudio de ex-cunhada ligando o presidente a desvios de salários de assessores quando era deputado federal.

Se for comprovado, será mais um crime nas costas do presidente, já que com as compras de vacinas também superfaturadas, Bolsonaro perde o discurso demagogo, de que em seu governo não existe corrupção.

PAULO PANOSSIAN, São Carlos, SP

Moro

Lamentável a decisão do STF em declarar Moro parcial e anular as condenações de Lula. Tal decisão joga no mesmo saco 3 desembargadores do TRF e 6 ministros do STJ. TRF e STJ deveriam se pronunciar, sob pena de descrédito. Esta decisão envergonha o Brasil e nos meios jurídicos internacionais o nosso conceito está indo para o fundo do poço. Acho que já passou da hora de o Senado pôr fim a este carnaval. As togas não passam de fantasias.

ÍRIA DE SÁ DODDE, Barra, RJ

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com
SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

COMENTARIOS DO JBr

(61) 99606.4199

Envie suas sugestões de reportagem, imagens e vídeos para o nosso WhatsApp

Fanáticos

Qualquer um que critica esse governo é taxado de louco ou corrupto. Criticar o Bolsonaro é comprar briga com os fanáticos dele.

RAUL KÊNED, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Ciro Gomes, brigando em restaurante no Rio de Janeiro

15 milhões

Os 15 milhões de desempregados são porque nem Guedes nem o presidente têm uma política para gerar emprego. Um só pensa em arrecadar mais imposto, o outro não trabalha, só faz politicada.

DIOLAN RODRI, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Guedes: Os 15 milhões de desempregados são os 'invisíveis' descobertos na crise

Vale tudo

Aqui está valendo tudo. O certo é perder o mandato, ser detido em regime fechado por 15 anos. Aí sim, ele vai ver o que dá fazer apologia.

JAIME CERQUEIRA, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Conselho de Ética da Câmara vota a favor da suspensão por 6 meses do mandato de Daniel Silveira

Justiça

Tem que pagar por ser mandante de um crime tão bárbaro. Mandou fazer o serviço, então tem que pagar. Que a justiça seja feita!

KELLY FREIRE, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Após denúncias, fazendeiro que ajudou Lázaro vira réu

Meu Brasil

Que tristeza do meu Brasil. Estão roubando em tudo e todos contra o povo pobre, faminto e sem saúde.

ROMEU VASCONCELLOS, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Dinheiro destinado ao SUS contra a covid bancou gastos de militares

Negligência

Tenha dó. Morreram muitas pessoas por negligência do governo.

HERMÓGENES QUICOHSI LIMA, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Bolsonaro sugere orações em sessões do STF

BRENO ESAKI/AGÊNCIA SAÚDE DF

EM VOLUNTÁRIOS

O contrato previa a entrega de doses da Coronavac até 30 de setembro, mas Doria afirmou que as doses estarão disponíveis até 31 de agosto

Anvisa libera teste da Butanvac

A Agência explica que a pesquisa clínica de fase 1 e 2 da vacina brasileira está dividida em três etapas

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou que autorizou ontem o início da vacinação de voluntários do estudo clínico da vacina Butanvac, imunizante desenvolvido pelo Instituto Butantan e candidato à vacina da covid-19 com produção 100% brasileira.

"A decisão foi tomada após reunião entre a equipe técnica da Anvisa com o Instituto Butantan. Durante a reunião foram apresentados os dados pendentes para o início dos testes", diz o órgão em nota. O protocolo clínico da Butanvac já havia sido aprovado pela Anvisa no dia 9 de junho.

A Anvisa explica que a pesquisa clínica de fase 1 e 2 da Butanvac está dividida em três etapas (A, B e C). Agora, está autorizada a etapa A do estudo, que envolverá 400 voluntários. Ao todo, as fases clínicas 1 e 2 deve contar com a participação de seis mil voluntários com 18 anos ou mais. A vacina será aplicada com duas doses, em um intervalo de 28 dias entre a primeira e a segunda dose. O estudo deve ser realizado no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

Antecipação

O governador João Doria (PSDB) disse ontem que o Instituto Butantan irá antecipar em um mês a entrega das 100 milhões de doses de Coronavac ao Ministério da Saúde. O contrato previa a entrega até 30 de setembro, mas Doria afirmou que as doses estarão disponíveis até 31 de agosto.

O Butantan já entregou 53 milhões de doses e enviará mais 10 milhões na próxima semana. Ainda segundo Doria, no dia 14 de julho está prevista a chegada de mais 12 mil litros de insumo para a produção de 20 milhões de doses da Coronavac. "Até 31 de agosto vamos cumprir integralmente o compromisso previsto inicialmente para o fim de setembro. Há senso de urgência para salvar vidas", disse o governador.

Doria também anunciou ter comprado 4 milhões de doses adicionais da Coronavac, diretamente com o laboratório chinês Sinovac. Destas, 2,7 milhões chegam nesta quarta-feira a São Paulo e até o dia 26 de julho o estado deverá receber o restante.

O Centro de Contingência de São Paulo estuda antecipar a aplicação da segunda dose da vacina contra a Covid-19 para tentar contar o avanço da variante delta no estado.

Os integrantes do centro avaliam a possibilidade de reduzir de 90 para 60 dias o intervalo entre as doses dos imunizantes da AstraZeneca e Pfizer para garantir a imunidade completa em quem já teve a primeira aplicação.

SAIBA MAIS

» **Ontem, o governo de São Paulo publicou decreto que retira o limite máximo de alunos nas escolas da educação básica. Até agora, valia a regra de até 35% dos estudantes. A volta do ensino superior presencial também foi liberada. As faculdades deverão seguir os limites máximos relativos ao comércio, ou seja, poderão receber alunos com limitação de 60% da capacidade. Já as aulas práticas no ensino superior poderão funcionar sem restrição de alunos. As regras para o ensino superior, segundo o secretário da Educação, Rossieli Soares, valem a partir do dia 2 de agosto.**

» **O governo informou que fará 30 eventos-teste a partir do dia 17 de julho. Os protocolos para a realização de eventos com público incluem vacinação, testagem e uso de máscaras.**

Pesquisadores criam testes mais baratos

Um novo kit diagnóstico, desenvolvido por pesquisadores de instituições públicas brasileiras, é capaz de detectar o novo coronavírus em até 45 minutos, com baixo custo e alto grau de precisão.

A patente da nova tecnologia, pensada para unidades básicas de saúde, foi desenvolvida por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Federal de Santa Catarina, em parceria com a empresa SPK Solutions.

O teste usa a tecnologia chamada RT-Lamp e demonstrou precisão semelhante ao RT-PCR em testes de validação com mais de 1 mil amostras. Segundo o instituto, que divulgou a pesquisa, o kit alcançou 96% de sensibilidade e 98% de especificidade em amostras de orofaringe coletadas com cotonete do tipo swab. Os dois parâmetros são usados para medir o risco de testes produzirem falsos positivos e falsos negativos a partir de amostras já conhecidas. A tecnologia desenvolvida permite realizar o teste também com saliva na mesma especificidade, porém com uma sensibilidade menor, de 70%.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Paulo Guedes fala em reduzir imposto para empresas

O corte na alíquota poderia passar dos 5 pontos percentuais, sugeridos originalmente, para 15

EDU ANDRADE/ASCOM/ME

A solução encontrada pelo ministro Paulo Guedes para atender o empresariado é reduzir ainda mais a alíquota para pessoas jurídicas

Para tentar conter críticas de entidades privadas a sua proposta de reforma tributária, o ministro Paulo Guedes (Economia) sinalizou nesta quarta-feira (7) que a redução no Imposto de Renda cobrado das empresas pode ser ainda mais forte do que a anunciada anteriormente.

O corte na alíquota poderia passar dos 5 pontos percentuais, sugeridos originalmente, para 15 -triplicando a previsão de redução menos de duas semanas após o envio do projeto de lei ao Congresso.

Entre as várias medidas do texto enviado pelo governo no fim de junho, há previsão de cortar em 2,5 pontos percentuais a atual alíquota (de 15%) para pessoas jurídicas em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023 (permaneceria o adicional de 10% para lucros acima de R$ 20 mil por mês).

Entidades privadas reclamam dizendo que o corte proposto no texto foi tímido se consideradas outras medidas do pacote e que o texto vai gerar aumento de carga tributária na ponta do lápis. "Tem muita reclamação. Nós estamos tentando, dando os passos iniciais", disse Guedes.

A solução encontrada pelo ministro para atender o empresariado é reduzir ainda mais a alíquota para pessoas jurídicas e, como compensação, acoplar um tipo de medida que não estava no projeto original. Ele pretende retirar até R$ 40 bilhões em subsídios concedidos hoje para grupos específicos –como o da indústria química (algo já tentado por ele no passado, sem sucesso).

"Ia reduzir 2,5 [pontos percentuais o Imposto de Renda de pessoa jurídica]? Reduz 5. Ainda está pesando? Reduz 10. Ainda está pesando? Reduz 15. Ou seja, essa é a pista que estamos seguindo. Temos certeza que estamos no caminho certo", disse Guedes nesta quarta.

Antes, Guedes tinha mencionado que a redução poderia ser de 5 no primeiro ano e, posteriormente, mencionou a possibilidade de o número chegar a 10 pontos percentuais. "Vamos aprofundar um pouco mais [o corte para empresas]. Se conseguirmos reduzir certos subsídios, aí realmente nem a empresa paga mais. Porque estamos reduzindo os encargos", disse.

"A queixa é que o capitalista foi tributado em mais do que a empresa recebeu. Queremos reduzir deduções e subsídios para que tudo que foi pago pelo acionista seja devolvido às empresas", afirmou.

Guedes defendeu a manutenção da proposta de tributação de dividendos (parte do lucro distribuído pelas empresas a acionistas). A reforma enviada pelo governo propõe uma cobrança de 20% de Imposto de Renda sobre o instrumento –acabando com uma isenção prevista em lei há 25 anos.

Parte do mercado financeiro reclamou da proposta, e a principal argumentação é que os dividendos são resultado de um cálculo que já passou por tributação nas empresas. "Ah, mas eu já paguei na empresa. Não se preocupa não, eu alivio para a empresa. Você como empresário na empresa, vamos trabalhar por um imposto mais baixo", disse Guedes.

Segundo o ministro, isso ajudará a baixar as alíquotas das empresas e ainda conceder isenções para o trabalhador de baixa renda.

SAIBA MAIS

» **O ministro aproveitou para responder a uma pergunta sobre o imposto aplicado a grandes fortunas. Segundo ele, essa proposta já foi adotada em países como Argentina e Venezuela e não teve bons resultados.**

» **"O que vai acontecer em dez minutos é o que aconteceu na Venezuela. Os mais afluentes vão embora, estão todos em Miami. Os de classe média, educados, vão para a Colômbia ou Chile. E os mais pobres atravessas a fronteira para Roraima. Nos queremos esse caminho para o Brasil? Não", disse.**

Substituição de impostos

Dos R$ 60 bilhões a serem gerados pela tributação de dividendos, o governo calcula que R$ 40 bilhões serão devolvidos em forma de redução de alíquotas para empresas e R$ 20 bilhões servirão para desonerar o trabalhador de baixa renda.

"O que estamos fazendo é justamente uma substituição de impostos. Quando encontramos uma nova base de incidência, que são os dividendos, você pode reduzir os impostos para empresas e assalariados", afirmou durante comissão no Congresso.

"O Brasil é um país de baixa renda, 75% dos trabalhadores do mercado formal recebem menos de 1,4 salário [mínimo]. Não adianta você jogar os impostos em cima de 30 milhões de brasileiros com renda relativamente baixa, enquanto do outro lado 20 mil proprietários de capital receberam R$ 400 bilhões de dividendos e tiveram isenção de R$ 50 bilhões ou 60 bilhões", disse.

Para Guedes, o ideal é reduzir os impostos aplicados diretamente às empresas e tributar recursos que saem dela para as mãos dos acionistas. "Nas empresas é onde acontece o milagre da produtividade, onde tem tecnologia, capital, organização institucional, onde sobem os salários e a produtividade do trabalhador", disse.

"Então se reinvestir na empresa, deveria ter imposto baixo; agora, se tirou para a pessoa física [deve ser tributado]. Não tem que ter vergonha de ser rico, mas sim de não pagar imposto", afirmou.

Para a pessoa física, a reforma do governo aumenta a desoneração do Imposto de Renda de R$ 1.903,98 para R$ 2.500 e corrige as faixas salariais da tabela. Por outro lado, tributa os dividendos recebidos por ela e também retira a possibilidade de desconto simplificado de 20% para todos –o que pode elevar a tributação na classe média, segundo especialistas.

Atualmente, qualquer contribuinte pode optar por fazer a declaração simplificada sem necessidade de declarar gastos para essa dedução porque há possibilidade de pedir o desconto padrão e automático de 20% sobre a renda tributável. O limite atual desse desconto é de R$ 16.754,34.

Pela proposta do governo, a declaração simplificada só será permitida para quem ganha acima de R$ 40 mil por ano (pouco mais de R$ 3 mil por mês). Economistas apontam que haverá uma elevação de imposto para 2 milhões de contribuintes se a proposta passar, em especial para os brasileiros de classe média de menor renda e que não têm deduções com dependentes.

Guedes foi perguntado sobre o tema e disse que esse ponto pode ser alterado para atingir menos pessoas.

POBREZA AUMENTA

Pandemia empurra 4,3 milhões para renda muito baixa

O movimento, que preocupa pesquisadores, foi verificado no boletim Desigualdade nas Metrópoles

Em um ano, a pandemia do coronavírus empurrou mais 4,3 milhões de brasileiros para faixa de renda do trabalho considerada muito baixa nas regiões metropolitanas. O movimento, que preocupa pesquisadores, foi verificado na quarta edição do boletim Desigualdade nas Metrópoles.

No primeiro trimestre de 2020, período inicial da crise sanitária -o vírus foi identificado no país no fim de fevereiro do ano passado-, as regiões metropolitanas somavam 20,2 milhões de pessoas em domicílios com renda per capita do trabalho inferior a um quarto do salário mínimo. No mesmo intervalo de 2021, o número subiu para 24,5 milhões. O aumento de 4,3 milhões vem dessa comparação.

O boletim chegou ao resultado com base em informações da pesquisa Pnad Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Entre o primeiro trimestre de 2020 e igual intervalo de 2021, o percentual de pessoas vivendo em domicílios com renda menor do que um quarto do salário mínimo pulou de 24,5% para 29,4% nas metrópoles.

O estudo é produzido em parceria entre PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Observatório das Metrópoles e RedODSAL (Observatório da Dívida Social na América Latina).

Os números consideram apenas a renda do trabalho. Ou seja, recursos de benefícios sociais, como aposentadoria ou Bolsa Família, não entram no cálculo. O auxílio emergencial também não -e, nos períodos analisados, o benefício não estava sendo pago.

Em 2021, um quarto do salário mínimo equivale a R$ 275. No ano anterior, a R$ 261,25. A renda per capita domiciliar corresponde ao rendimento total do trabalho dividido pela quantidade de pessoas em cada residência.

"É um nível de renda muito baixo, que reflete a dinâmica do mercado de trabalho na pandemia. Os dados mostram a necessidade de benefícios como o auxílio emergencial", aponta André Salata, professor do programa de pós-graduação em ciências sociais da PUCRS e um dos coordenadores do boletim.

Segundo o estudo, a parcela dos 40% mais pobres sofreu a maior perda de renda nas metrópoles. No intervalo de um ano, entre o primeiro trimestre de 2020 e igual período de 2021, o rendimento dessa camada despencou 33,4% nas regiões metropolitanas.

No primeiro trimestre de 2020, a renda média do trabalho dos 40% mais pobres era estimada em R$ 233,94. Ao encolher 33,4%, atingiu a marca de R$ 155,89 no começo de 2021.

Enquanto isso, os 10% mais ricos tiveram queda bem menor, de 4,8%. A renda média do grupo recuou de R$ 6.921,41 para R$ 6.590,05 no mesmo intervalo. Já os 50% que compõem a faixa intermediária registraram baixa de 7,,6% (de R$ 1.313,12 para R$ 1.213,55).

No geral, considerando toda a população, houve queda de 8,5% no rendimento nas regiões metropolitanas. O indicador médio passou de R$ 1.423,93 para R$ 1.302,79. Essa redução fez a renda do trabalho retornar a patamar semelhante ao do início da série, em 2012.

Salata define o cenário como "bastante complicado". Além da queda na renda do trabalho, analisada pela pesquisa, houve interrupção nos pagamentos do auxílio emergencial no começo do ano.

Segundo o pesquisador, a camada mais desfavorecida exerce atividades nas quais é mais difícil atuar de maneira remota, o que também impacta o rendimento do grupo.

"Os mais pobres tiveram uma queda muito mais acentuada na renda. Na base da pirâmide, existem pessoas que não conseguem fazer home office", frisa Salata.

O estudo também confirma uma tendência já verificada por outras pesquisas: o aumento da desigualdade durante a pandemia. Essa diferença entre a renda de ricos e pobres é medida pelo Coeficiente de Gini. Na escala do indicador, zero significa igualdade nos ganhos. Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade, o que representa retrocesso nas condições socioeconômicas.

Na média móvel, o Coeficiente de Gini subiu de 0,608 para 0,637 entre o primeiro trimestre de 2020 e igual período de 2021. A nova marca é a maior da série histórica, segundo o boletim. O aumento de 4,8% entre os trimestres também é recorde, acrescenta o estudo.

"Tivemos dois elementos trabalhando juntos: a queda na renda média e a piora na distribuição", sublinha Salata.

RAPHAEL RIBEIRO

O percentual de pessoas vivendo com renda menor do que um quarto do salário mínimo pulou para 29,4%

> "'É UM NÍVEL DE RENDA MUITO BAIXO, QUE REFLETE A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA PANDEMIA. OS DADOS MOSTRAM A NECESSIDADE DE BENEFÍCIOS COMO O AUXÍLIO EMERGENCIAL"
>
> **ANDRÉ SALATA,** professor do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS

Ricos cada vez mais ricos

Conforme o levantamento, os 10% mais ricos ganhavam, em média, 29,6 vezes mais do que os 40% mais pobres no primeiro trimestre de 2020. A diferença subiu para 42,3 vezes no início de 2021.

A região metropolitana de João Pessoa (PB) é aquela com o maior Coeficiente de Gini (0,729). Ou seja, a mais desigual.

Em seguida, aparecem Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), com a mesma marca: 0,687. Segundo a pesquisa, o elevado nível de informalidade nessas metrópoles ajuda a entender a disparidade nos ganhos com o trabalho.

O pesquisador Marcelo Ribeiro, do Observatório das Metrópoles, avalia que o quadro pode melhorar se a vacinação contra a Covid-19 tiver impulso nos próximos meses. A imunização é apontada como necessária para reduzir restrições e permitir a volta segura ao trabalho.

Neste momento, o mercado segue repleto de dificuldades, incluindo a escalada do desemprego, frisa o pesquisador. Ribeiro também coordena o boletim e atua como professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"A expectativa é que o avanço da vacinação possibilite maior aquecimento do mercado de trabalho. Mas os dados ainda são negativos", afirma.

Para Salata e Ribeiro, os números do boletim reforçam a necessidade de medidas de proteção a camadas desfavorecidas nos próximos meses. Entre elas, está o auxílio emergencial.

Nesta semana, o governo federal confirmou a prorrogação do benefício, com mais três parcelas. Assim, o auxílio, que acabaria em julho, também deve ser pago em agosto, setembro e outubro.

CRIME

Presidente do Haiti é assassinado

Jovenel Moïse foi morto a tiros por um grupo de agressores não identificados em sua residência

O presidente do Haiti, Jovenel Moïse, de 53 anos, foi morto a tiros por um grupo de agressores não identificados em sua residência privada durante a madrugada de ontem, informou por meio de um comunicado o primeiro-ministro interino, Claude Joseph, que classificou o caso de "ato odioso, desumano e bárbaro".

Segundo o premiê, a esposa de Moïse, Martine, de 47 anos, também foi baleada e estava recebendo cuidados médicos até a noite de ontem. Sem dar mais detalhes, Joseph informou ainda que parte dos invasores falava espanhol, o que indicaria que eles não são haitianos — os idiomas oficiais do país são o francês e o crioulo.

"Todas as medidas estão sendo tomadas para garantir a continuidade do Estado e para proteger a nação. A democracia e a República vencerão", disse o primeiro-ministro depois de pedir calma à população e afirmar que a situação de segurança do país está sob controle da polícia e das Forças Armadas.

Na segunda-feira (5), Moïse havia nomeado um novo premiê, o sétimo em quatro anos. Ariel Henry deveria substituir Joseph nesta quarta, mas, devido às circunstâncias, a troca não aconteceu. Em entrevista ao jornal americano *The New York Times*, Joseph afirmou estar no comando do Haiti neste momento — o presidente da Suprema Corte do país seria o nome a preencher à lacuna, mas o último detentor do cargo, René Sylvestre, morreu no mês passado, vítima da covid-19.

Após uma reunião de gabinete com outros membros do governo, o primeiro-ministro declarou estado de sítio, o que confere ainda mais poderes ao Executivo no país em que o Legislativo teve suas funções praticamente anuladas por Moïse. O líder autoritário governava o país por meio de decretos desde o ano passado, depois de suspender dois terços do Senado, toda a Câmara dos Deputados e todos os prefeitos.

Joseph também fez um apelo à comunidade internacional para que investigue o assassinato do presidente e à Organização das Nações Unidas (ONU) para que convoque uma reunião do Conselho de Segurança, entidade responsável por zelar pela paz mundial.

Crise política

O ataque, no entanto, ocorreu em meio a uma onda crescente de violência ligada à crise política do país. Com o Haiti profundamente polarizado e enfrentando uma crise humanitária e escassez de alimentos, há temores de uma desordem generalizada.

Durante a madrugada, houve relatos de tiros em toda a capital, Porto Príncipe. No começo da manhã, forças de segurança montaram um sistema para controlar a circulação de pessoas nas ruas.

Segundo o embaixador brasileiro em Porto Príncipe, Marcelo Baumbach, a polícia controla a cidade e a população evita sair de casa, mas na região central, onde está o palácio do governo, alguns grupos já começam a se reunir para manifestações. "Deve esperar-se um clima tenso, embora o país esteja neste momento sob controle", disse Baumbach.

Porto Príncipe vinha sofrendo com um aumento da violência por causa do confronto entre as gangues e com a polícia pelo controle das ruas. No mês passado, o líder de uma espécie de coalizão de nove gangues conhecida como G9 anunciou que estava lançando um movimento revolucionário contra elites políticas e empresariais do país, o que deixou as autoridades em estado de alerta.

VALERIE BAERISWYL / AFP

Moïse vinha enfrentando protestos desde que assumiu a Presidência em 2017, com a oposição acusando-o de autoritarismo e de tentar instalar uma ditadura ao prolongar seu mandato — acusações que ele negava.

SAIBA MAIS

» Desde o século 19, ao menos 16 presidentes já foram assassinados enquanto estavam no cargo nas Américas. O caso mais emblemático de morte presidencial foi o de John Kennedy, líder dos EUA baleado na cabeça enquanto desfilava em carro aberto em Dallas, em 1963. Outros três presidentes dos EUA foram assassinados por armas de fogo.

» A República Dominicana teve ao menos três líderes mortos: Ulises Heureaux (em 1899), Ramón Cáceres (1911) e Rafael Trujillo (1959). Em El Salvador, em 1913, o presidente Manuel Enrique Araújo levou tiros e golpes de facão.

» Na Guatemala, José Maria Barrios foi assassinado na rua em 1898. Em 1957, um guarda do palácio ligado à oposição matou Carlos Castillo No México, Venustiano Carranza foi morto a mando de seus antigos aliados.

» No Uruguai, Juan Borda foi atacado durante um desfile na rua em 1897.

Pobreza e instabilidade

Para Denilde Holzhacker, coordenadora do núcleo de estudos das Américas da ESPM, o assassinato de Moïse torna ainda mais complexa a equação dos conflitos internos no país, já que grupos que apoiavam o presidente podem agir para ampliar as tensões.

De acordo com o Banco Mundial, o Haiti é o país mais pobre das Américas e figura entre os mais pobres do mundo. O índice de pobreza beira os 60% (a última estimativa oficial, de 2012, foi de 58,5%). No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia o desempenho dos Estados-membros da ONU com base no acesso a educação, renda e saúde, o país ocupa a 170ª entre 189 posições.

O aumento da pobreza e da instabilidade política no Haiti também serviram de gatilho para a violência nas ruas, que a ONU definiu como "sem precedentes". Moïse vinha enfrentando protestos desde que assumiu a Presidência em 2017, com a oposição acusando-o de autoritarismo.

Em fevereiro, mais de 20 pessoas, incluindo um juiz da Suprema Corte do Haiti e um dos inspetores-gerais da polícia, foram presas sob a acusação de envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado e em uma conspiração para assassinar Moïse. O caso acirrou a crise política do país, que tinha no centro da disputa uma discussão sobre o término do mandato de Moïse.

Por parte da comunidade internacional, Moïse recebia apoios importantes. A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, defendiam sua permanência no cargo. Após sua morte, líderes prestaram solidariedade e disseram estar dispostos a ajudar o Haiti. Iván Duque, presidente colombiano, pediu que a OEA faça uma missão no país.

"Apelo a todos os haitianos para que preservem a ordem constitucional, permaneçam unidos em face deste crime abominável e rejeitem toda e qualquer violência. As Nações Unidas continuam a apoiar o governo e o povo do Haiti", disse Antônio Guterres, secretário-geral da ONU, por meio de porta-voz.

"Todas as luzes devem ser lançadas sobre esse crime realizado em um clima de deteriorização política. Apelo a todos os atores da vida política haitiana para que tenham moderação e calma", afirmou Jean-Yves Le Drian, chanceler da França, em comunicado.

COPA AMÉRICA

DOUGLAS MAGNO / AFP

Messi levou s Argentina à decisão na última terça-feira, em Brasília. Ele busca primeiro título com a Argentina.

Maracanã, enfim, recebe um Brasil e Argentina

Duelo não acontece no tradicional estádio carioca desde 1998

THIAGO HENRIQUE DE MORAIS
redacao@grupojbr.com

Palco de tantos jogos importantes da seleção brasileira, seja na alegria ou na tristeza, o Maracanã não recebe um clássico entre Brasil e Argentina, um dos maiores do futebol mundial, há mais de 23 anos. Neste sábado, enfim, o estádio voltará a receber este duelo, na final da Copa América.

Às vésperas da Copa do Mundo de 1998, um público de 99.697 pagantes deixou o então *Maior do Mundo* decepcionado. A derrota por 1 x 0 para a Argentina, com gol de Cláudio López, marcava a despedida da seleção antes da Copa do Mundo de 1998, que ficaria com o vice naquela edição.

O Maracanã de hoje não é muito diferente. Não possui mais o charme de antes. Hoje, há o glamour FIFA, com capacidade de público reduzida.

Foram duas reformas recentes: uma para o Pan-Americano 2007 que deu fim a popular geral; e outra em 2014, para o Mundial, que mudou a arquitetura do teto. Ambas as obras fizeram os mais saudosistas chamarem o estádio de *New* Maracanã.

Poucos jogos do Brasil

Muito em virtude da reforma – além do fato de não ter disputado as Eliminatórias-2006, por já estar classificado – até mesmo o Brasil jogou pouco lá. Entre 2007 e 2012, no hiato da primeira reforma, foram dois jogos, ambos em 2008: goleada sobre o Equador, por 5 x 0, e empate sem gols contra a Colômbia, 0 x 0.

Brasil e Argentina, por muito pouco, não se enfrentaram no Maracanã. Mas aquele trágico 7 x 1, diante dos alemães, impediu a tão sonhada decisão entre os dois maiores rivais sul-americanos em uma Copa do Mundo.

Os argentinos chegaram à decisão, mas perderam por 1 x 0. Um ano antes, o Brasil empatou com a Inglaterra, por 2 x 2, em um amistoso, além de vencer os espanhóis, por 3 x 0, na final da Copa das Confederações. E em 2019, venceu o Peru, por 3 x 1, ficando com o título da Copa América daquele ano.

SAIBA MAIS

» **A história entre Brasil e Argentina é centenária. Desde 1914 os países se enfrentam.**

» **Mas foi somente em 1919, no Sul-Americano (hoje, Copa América) que os países se enfrentaram no Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, com vitória brasileira por 3 a 1**

» **Ao todo, foram três jogos no estádio das Laranjeiras, onde o Brasil nunca perdeu: duas vitórias e um empate.**

» **São Januário, estádio do Vasco da Gama, também recebeu o maior clássico das Américas por quatro oportunidades, todas pela Copa Roca.**

» **Ali, o Brasil conheceu uma das suas maiores derrotas para os argentinos: 5 x 1, em 15 de janeiro de 1939.**

» **Curiosamente, uma semana depois, o Brasil devolveu a goleada sobre os argentinos, em um 6 x 2.**

» **Além destes jogos, o Brasil venceu a Argentina outras duas vezes em São Januário, em 1945.**

Freguesia argentina no Rio de Janeiro

Por óbvio, o último Brasil e Argentina fica na memória e subconsciente do torcedor de maneira dolorosa. Afinal, foi uma derrota antes de uma Copa do Mundo. E contra o maior rival. Mas os números anteriores a aquele jogo de 29 de abril de 1998 são mais gloriosos e saudáveis ao Brasil. Como não lembrar do gol de Bebeto, na Copa América de 1989, que colocou o Brasil de novo próximo de um título, depois de anos de seca? Ao todo, no Maracanã, Brasil e Argentina já se enfrentaram em 11 oportunidades. Foram apenas três derrotas, dois empates e seis vitórias do Brasil.

Os argentinos, entretanto, contestam esse número. De acordo com dados da Associação de Futebol Argentino, são quatro vitórias no Maracanã. Eles contabilizam uma vitória da seleção hermana sobre um combinado do Rio de Janeiro, em 1956. Tal partida seria a primeira da história no mítico Maracanã. Os números oficiais consideram jogos a partir de 1957, quando a Argentina venceu por 2 x 1.

EUROCOPA

Inglaterra de volta a uma final

O futebol, como canta a música, pode voltar para casa. A Inglaterra venceu a Dinamarca por 2 a 1, ontem, em Wembley, e disputará a final da Euro 2020 contra a Itália. O jogo foi definido somente na prorrogação com gol de Harry Kane, que teve pênalti defendido, mas aproveitou o rebote de Schmeichel para balançar a rede. Antes, Damsgaard e Kjaer, contra, balançaram a rede.

O lance do pênalti gerou muita reclamação. Enquanto driblava dentro da grande área, Sterling caiu ao receber um contato leve da zaga dinamarquesa, e o árbitro assinalou a penalidade. O lance foi analisado pelo VAR, mas o árbitro de vídeo não interfere muito em lances da Euro e a marcação foi mantida.

Esse foi o maior público da competição até aqui, com 64.950 pessoas. A Inglaterra quebrou uma sequência de quatro eliminações em semifinais, somando Copas do Mundo e Eurocopas, e joga a sua primeira final desde 1966, quando foi campeã do mundo em Wembley.

A partida contra a Itália, que eliminou a Espanha nos pênaltis na terça-feira (6), será disputada no próximo domingo (11), às 16h. Enquanto a ofensividade será a novidade do lado italiano, os ingleses se apoiam justamente em sua defesa, a menos vazada da competição, com somente um gol sofrido até aqui. A defesa inglesa é montada com quatro jogadores, que recebem o apoio dos meias Rice e Philips, além do ataque com Kane e Sterling, os mais perigosos do time.

Para o técnico Southgate, a ida à final da Eurocopa também exorciza um dos seus maiores fantasmas. Em 1996, também na Eurocopa, ele foi o responsável pela eliminação dos ingleses contra a Alemanha. Ele desperdiçou a última cobrança de pênalti naquele ano, justamente na última semifinal de Euro disputada pelos ingleses.

anos ficou a Inglaterra sem chegar a uma final

Viva

EXPOSIÇÃO

Sobre a rica fauna tupiniquim

Artista Bruno Ferraz lança exposição Animalia com quadros cheios de cores e brasilidade

Ele é artista plástico, fotógrafo e usou a pandemia para dar cores às suas telas e à dor mundial. O artista rondoniense radicado em Brasília, Bruno Ferraz, chega com a exposição *Animalia* para falar de amor e também para lançar uma luz sob a fauna nacional que agora, mais do que nunca, está às sombras das urgências de um país em crise.

Após observar o caos de matanças no Pantanal e na Amazônia, o artista resolveu se trancar em seu estúdio para dar vida a essa mostra que resultou em seus 12 quadros oníricos cheio de cores que retratam os animais em seus meios intocados, longe da ganância e da displicência humana.

As obras, exclusivas, podem ser conferidas na Norart Vidros e Molduras (213 Sul). Quem passar por lá também vai poder adquirir os quadros de Ferraz. Cada obra custa R$ 800.

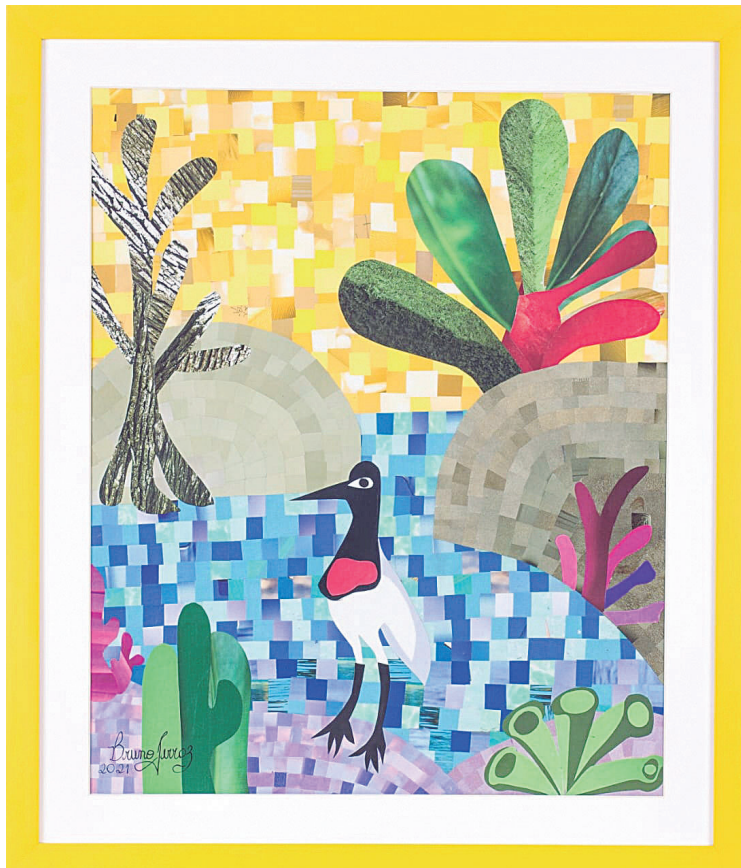
Ferraz gosta da brasilidade, das cores, das nuances e ousadia de Tarsila do Amaral, sua grande fonte de inspiração. O artista é reconhecido por retratar o feminino em suas obras e por exposições de sucesso como *NusLimites – Por Trás de Barreiras Invisíveis*. A mostra autoral fotográfica teve sucesso de público em galerias de Águas Claras e do Plano Piloto pelo diferencial de retratar pessoas comuns no meio do caos.

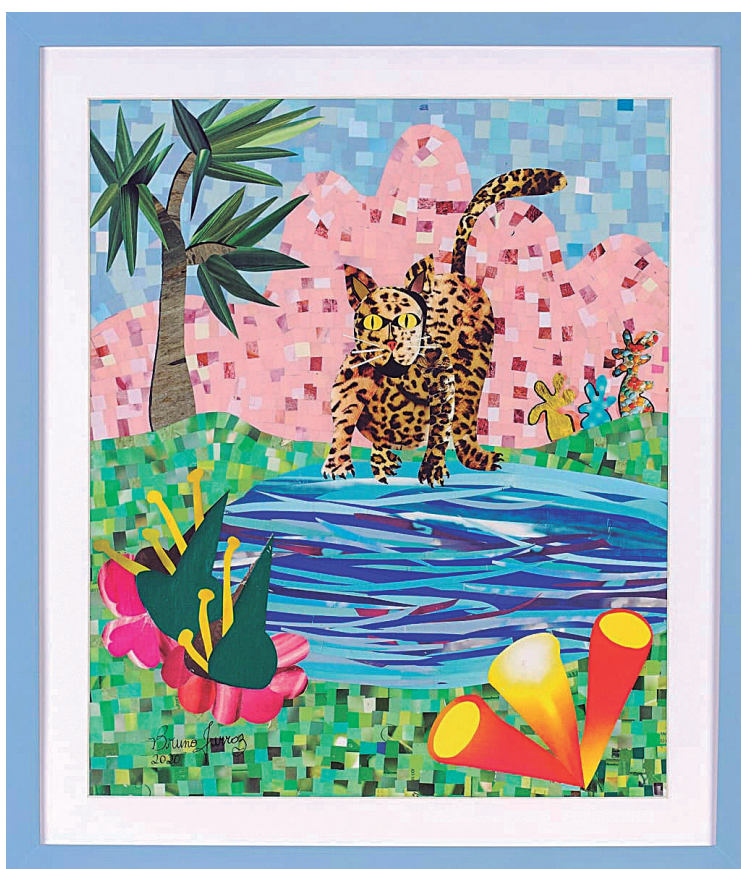
Agora, é com *Animalia* que ele pretende rememorar o público da exuberância da fauna brasileira. "Animalia é uma exposição de quadros que traz os animais como protagonistas. São quadros lúdicos, oníricos e com um 'que' de infância que traz uma reflexão sobre este Brasil em que vivemos, e o quanto de riqueza ainda temos a preservar", destaca o artista, que se debruçou por três meses a realização das obras.

Bruno Ferraz tem 30 anos e, desde 2016 trabalha em seu estúdio localizado na 705 Sul.

SERVIÇO

Artista Bruno Ferraz lança exposição Animalia

- Vendas em: Norart Vidros e Molduras (213 Sul)
- Valor/obra: R$ 800

São 12 quadros oníricos, cheio de cores, que retratam os animais em seus meios intocados, longe da ganância e da displicência humana.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Exposição de Brachara pode ser visitada na Casa Albuquerque

Os meios dias, de José Brechara em cartaz

A Casa Albuquerque apresenta *Os meios dias*, primeira exposição individual de José Bechara em Brasília. Com o adiamento da mostra, inicialmente prevista para maio de 2020, bem como de outros muitos projetos mantidos em suspenso desde março do último ano, Bechara mergulhou em sua prática artística. O título — *Os meios dias*— remete tanto à percepção cronológica, alterada pela mudança radical de rotina imposta pela situação que vivemos, quanto ao horário em que o artista passou a se perceber mais produtivo em seu ateliê. A entrada é gratuita. Visitas mediadas para grupos de até 10 pessoas nas terças e quintas-feiras, às 17h.

Antes plenos, os dias pareceram ter sido reduzidos à metade. O sol no meio do céu passou a coincidir com o ápice da potência criativa de Bechara, mas deixou de ser um marcador útil do intervalo de tempo a partir do qual nossas vidas são pautadas: o dia se esvaziou de sentido. Mesmo aos meios-dias, sombras, impossíveis na prática, se faziam presentes em toda parte. Enquanto o universo que cabia entre um amanhecer e outro passou a se parecer igual e sem propósito, Bechara seguiu em seu ateliê. O resultado desse exercício de manter-se íntegro, fiel ao que se propõe a apresentar ao mundo, nas mais adversas circunstâncias que já enfrentou, pode ser visto na Casa Albuquerque.

Sobre o artista

Com formação pela Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro, onde trabalha e reside, José Bechara é hoje um dos mais relevantes artistas contemporâneos brasileiros. Sua pesquisa, empreendida há décadas, envolve elementos pelos quais se tornou notório: as lonas de caminhão — que usa como suporte e nas quais intervém com oxidação de emulsões metálicas de ferro e cobre — oferecem um resultado visual intrigante, que parece materializar a combinação de alquimia, força e poesia.

SERVIÇO

Os meios dias – José Bechara

- Até 24 de julho
- Segunda a sexta: das 10h às 19h
- Sábado: das 10h às 13h
- Entrada gratuita
- Visitas mediadas para grupos de até 10 pessoas: terças e quintas-feiras, às 17 horas.
- Agendamento prévio para visitas pelo telefone (61) 99885-1030

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993
classificados@grupojbr.com

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuario(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** Q SQ 17, QUADRA 12, LOTE 36. C, .. CENTRO, CIDADE OCIDENTAL - GO. CEP: 72880-684
1º leilão 12/07/2021 as 12:00 horas
2º leilão 30/07/2021 as 12:00 horas
Local CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA CIDADE OCIDENTAL - SUPER QUADRA 16, QUADRA 10, LOTES 60/62 , CIDADE OCIDENTAL, GO
Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Mutuários:
MARIA IEDA DOS SANTOS, CPF 150.709.541-00
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
Informações tel. (62) 3280-1500/(62) 99679-7098

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED A01679

Cooperativa do Projeto Condomínio Verde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIGITAL
de 18 de julho de 2021
COOPERATIVA DO PROJETO CONDOMÍNIO VERDE
CNPJ nº 06.127.911/0001-90

O Diretor da COOPERATIVA DO PROJETO CONDOMÍNIO VERDE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e art. 28 do Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIGITAL**, a realizar-se no dia 18 de julho de 2021, na plataforma digital Zoom, às 08:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação, às 09:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação, e às 10:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
1. Referendo de novos cooperados;
2. Informe sobre o processo de indenização dos cooperados com perdas de área superior a 5% no processo de regularização com base nas deliberações das AGEs de 04 outubro de 2015 e 12 de novembro de 2017;
3. Deliberação sobre [illegible] AGEs de 04 outubro de 2015 e 12 de novembro de 2017 para [illegible] dos cooperados com perdas de área superior a 5% no processo de regularização;
4. Deliberação sobre [illegible] no processo de regularização com o fim de [illegible] investimentos com as obras de regularização;
5. Deliberação sobre formalização de [illegible] pela NOVACAP para [illegible] drenagem das [illegible] de regularização;
6. Aprovação da ata da AGE do dia 23 de maio de 2021;
7. Leitura e aprovação da ata da presente AGE.
8. Assuntos gerais.

Notas:
1. Serão realizadas duas reuniões [illegible] para esclarecimento dos cooperados nos dias 13 e 15 de julho através da plataforma Zoom.
2. Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados da cooperativa, nesta data, é de 443 (quatrocentos e quarenta e três).
3. Os cooperados deverão participar através de plataforma [illegible] serão utilizadas duas ferramentas para comunicação e votação [illegible] [illegible]
- Para [illegible] Reunião [illegible] Zoom [illegible] dos cooperados.
- Para VOTAÇÃO, será utilizada a ferramenta Nexvoo [illegible] do computador utilizado.
- Será necessário que cada cooperado [illegible] na plataforma [illegible]. Para isso, o sistema Nexvoo enviará um convite por e-mail, com o link de criação da conta dos cooperados. É importante [illegible] da Cooperativa [illegible] e-mail e telefone para envio do link e do login.
[illegible] 11 [illegible]. Para mais informações, acesse o link a seguir: [illegible]
4. Para participar da Assembleia Geral Extraordinária Digital, o cooperado deve estar com seus dados de contato atualizados para que sejam enviadas as informações necessárias. Os dados deverão ser [illegible] através do seguinte endereço [illegible]. As informações [illegible]
5. O cooperado poderá participar da assembleia desde que [illegible] 30 (trinta) minutos [illegible] horas [illegible]
6. Os documentos referentes à Ordem do Dia estarão disponíveis para visualização e download através do seguinte link: [illegible]

Observações:
- [illegible]
- Os cooperados [illegible] não poderão participar [illegible] conforme Art. 17 do Estatuto da Cooperativa.
- Conforme o Regimento Interno da Cooperativa, Art. 31, é de responsabilidade de cada cooperado manter atualizados o endereço para correspondência e o telefone para contato, bem como endereço eletrônico.
- [illegible] 18 de julho de 2021 [illegible]
[illegible] até 17 de julho de 2021 [illegible]

Brasília, 07 de julho de 2021
Osvaldo Napoleão Alves
Diretor da Cooperativa do Projeto Condomínio Verde
CPF nº [illegible]

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 07/2021

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA -TERRACAP, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia, leva ao conhecimento dos interessados que promoverá licitação pública na modalidade Leilão, com encerramento do 1º Leilão em 03/08/2021 a partir das 16h e 2º Leilão em 04/08/2021 com encerramento a partir das 16h, por intermédio do Leiloeiro Oficial credenciado, **FERNANDO CEZAR TOBIAS DA SILVA**, regularmente matriculado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, sob o nº 013/1999, para alienação dos imóveis recebidos em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, pela maior oferta, no estado de ocupação e conservação em que se encontram, conforme processo nº 00111-00003903/2021-02 (SEI). O Edital do Leilão 07/2021 está disponível nos sites <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/compre-imoveis> ou <www.dfleiloes.com>. O Leilão ocorrerá somente de maneira on-line, por meio do endereço eletrônico <www.dfleiloes.com>. Em caso de eventuais dúvidas, informações complementares poderão ser obtidas pelos telefones: (61) 3350-2222 (Terracap) ou (61) 3557-4667 e 98147-0091 (leiloeiro) ou pessoalmente na Sede da TERRACAP, no horário das 7h às 19h, ou no escritório do leiloeiro situado na CHÁCARA 02, Conjunto 02, Lote 05, ADE Águas Claras, Brasília - DF.

Brasília/DF, 07 de julho de 2021.

CARLOS CEZÁRIO
Gerente Interno de Administração de Recebíveis Imobiliários
GEARI/DIRAF/TERRACAP

EDWARD JOHNSON GONÇALVES DE ABRANTES
Diretor de Administração e Finanças
DIRAF/TERRACAP

WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ/ME nº 42.278.473/0001-03 - NIRE 53.300.007.241
Companhia Aberta
Brasília, Distrito Federal, 06 de julho de 2021.

Convocamos os senhores acionistas da **WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 03 de agosto de 2021, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, Conjunto A, Sala 101, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP: 70.701-050, na Cidade de Brasília, Distrito Federal ("Assembleia"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Alteração do endereço da sede social da Companhia, que passará a operar no seguinte endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco D, Entrada B, Sala 1901, Edifício Liberty Mall, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70712-903. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). 2. Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência do horário de início indicado neste Edital, portando comprovante atualizado das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia e, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; **(b) Pessoas Jurídicas:** cópia do último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso), bem como os documentos de identificação com foto dos representantes; **(c) Fundos de Investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(d) Procuração:** as procurações poderão ser outorgadas de forma física ou eletrônica, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Proposta da Administração. O representante legal do acionista deverá comparecer à Assembleia Geral Extraordinária munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. 3. Todos os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão comparecer à Assembleia munidos dos documentos com foto e validade no território nacional que comprovem sua identidade e/ou condição. Solicita-se que os acionistas encaminhem os documentos referidos acima com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas antes da data da Assembleia ao e-mail: pauta@wizsolucoes.com.br para melhor organização dos trabalhos da Assembleia. 4. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.wizsoluções.com.br/ri), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), as informações e documentos pertinentes à matéria a ser examinada, incluindo este Edital, a Proposta da Administração. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 3090-0100 ou via e-mail ri@wizsolucoes.com.br.

FERNANDO CARLOS BORGES DE MELO FILHO
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRA JUDICIAL

DEMERVAL SILVA CAIXETA JÚNIOR, Oficial Substituto do 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, nos termos dos §§ 2º e 3º, do artigo 213, da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), combinados com o § 8º, do Artigo 9º, do Decreto nº 4.449/2002, a requerimento de **REINALDO DE LIMA ROSA**, brasileiro, engenheiro eletricista, casado, inscrito no CPF nº. 182.339.581-72, residente e domiciliado nesta Capital, vem notificar **ALDO ANTÔNIO BAROTTO**, brasileiro, solteiro, professor, portador do CPF nº. 024.407.251-53, proprietário do imóvel confinante aqui matriculado sob o nº 31033, **FÁTIMA DA SILVA BRAIER**, portadora do CPF nº. 129.317.727-04, proprietária do imóvel confinante aqui matriculado sob o nº 30999; **PAULO ROGÉRIO SOARES CANABRAVA**, brasileiro, solteiro, medalhista, portador do CPF nº. 225.650.001-06, proprietário do imóvel confinante aqui matriculado sob o nº 30993, e **WASHINGTON SEIXAS DA SILVA**, portador do CPF nº 695.980.291-15, proprietário do imóvel confinante aqui matriculado sob o nº 31001, **ou seus sucessores**, para, em atendimento ao exigido pelo § 6º, do artigo 9º, do Decreto nº 4.449/02, comparecer a esta Serventia*, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, para prestar declaração expressa de que os limites divisórios entre o imóvel de sua propriedade e o do requerente foram respeitados, e que não existe disputa ou discordância sobre as confrontações existentes entre os terrenos citados e, ainda, que não se opõem à averbação de descrição do imóvel de propriedade do notificante, tendo em vista o procedimento de que trata a certificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nº 4ec3842a-737e-4691-bc91-163f96fea47b. O imóvel objeto da certificação, denominado "GLEBA nº 3/27", encontra-se matriculado nesta serventia sob o nº 31000 e está situado na Fazenda "SARANDI". Brasília, DF, em 23 de junho de 2021.

* SCS/SUL, Quadra 08, Bloco B-50, Sala 140-C, Venâncio Shopping, Brasília, DF

DEMERVAL SILVA CAIXETA JÚNIOR
OFICIAL SUBSTITUTO

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 27/07/2021, às 09:50hs / 2º Público Leilão: 29/07/2021, às 10:10hs

Fernando de Mello Franco, Leiloeiro Oficial, Mat. JUCEMG nº 1030, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 403 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, Gisela Maria de Mello Pessoa, CPF: 746.127.276-49, RG: MG 2.086.290, autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob o nº. 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, Presencial e/ou Online, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte imóvel [illegible] **IMÓVEL**: Apart-Hotel nº 216, situado no 2º Pavimento, do Bloco "E", do Conjunto de Edifícios a ser construído no Lote nº 01, da Quadra AS (Conjunto "A", da Quadra 05) do SHIS/LT, Brasília/DF, com a área privativa de 42,72m², área comum de divisão não proporcional de 24,25m², área comum de divisão proporcional de 3,06m², área total de 75,00m² e a respectiva fração ideal de 0,000430 das coisas de uso comum e do terreno supramencionado, que mede 22.196,00m². Conforme Av. 12, foi concluída a construção do imóvel objeto desta matrícula. Imóvel objeto da Matrícula nº 115281 Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$630.278,75 (Seiscentos e trinta mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$315.139,38 (Trezentos e quinze mil, cento e trinta e nove reais e trinta e oito centavos).** O arrematante pagará à vista o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartorárias, impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. [illegible] nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Pendências Judiciais e Extrajudiciais: No caso de ações judiciais relativas aos [illegible] a arrematação do imóvel ao comprador e/ou [illegible] a arrematação do comprador será rescindida, responsabilizando-se o vendedor pela evicção de direitos [illegible] arrematação do imóvel, excluída a comissão do Leiloeiro Oficial que será restituída diretamente pelo Leiloeiro Oficial; [illegible] despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária (IPTU ou ITR, conforme o caso), desde que [illegible] o impedimento ao exercício da posse direta do imóvel. [illegible] pelos mesmos índices aplicados às cadernetas de poupança desde o dia do desembolso [illegible] até a data da restituição, não sendo conferido ao comprador o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro de 2002. A evicção não gera indenização por perdas e danos. Caso o comprador esteja na posse do imóvel, deverá desocupá-lo em 15 dias a contar da Notificação enviada pelo vendedor ao comprador, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal do vendedor. Ficam os Fiduciantes: **MACRO, COMPRA, VENDA, ADMINISTRAÇÃO E ALUGUEL DE IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº [illegible], estabelecida no SRTVS Quadra 701, Conjunto "L", Bloco 02, nº 38, Salas 202 a 204, Parte A-20, Brasília/DF, neste ato representada por seu sócio **MARDONEDES CAMELO DE PAIVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF nº 29.410, e no cadastro RG nº 834.719/SSP/DF e no CPF sob o nº 285.790.181-87, residente e domiciliado na SQSW 100, Bloco "M", apto nº 103, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.670-446, [illegible] da data dos Leilões pelo presente edital, [illegible] na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos Leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) [illegible] o imóvel entregue em garantia fiduciária sem concorrência de terceiros [illegible] o seu direito de preferência no 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras

AVISOS DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 221/2021 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de material de consumo: TESTE PARA URINÁLISE AUTOMATIZADO COM SEDIMENTOSCOPIA E SEMIAUTOMATIZADO, em sistema de registro de preços, com sistema integrado de automação e fornecimento de equipamentos automatizados, peças, componentes, em regime de COMODATO, conforme indicado em Estudo de Viabilidade (SEI ID 47855439), para a realização destes exames a fim de atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 00060-00389024/2019-18. Lote único, composto por 2 Itens (Ampla concorrência). Valor Estimado: R$ 3.527.018,3966. Cadastro das Propostas: a partir de 08/07/2021. Abertura das Propostas: 22/07/2021, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70723-040 – Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 222/2021 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de material odontológico: PERFURADOR ODONTOLÓGICO e outros, em sistema de registro de preços, para atender à demanda da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 00060-00057346/2021-54. Total de 06 itens (Ampla concorrência e Cotas destinadas às MEs/EPPs). Valor Estimado: R$ 381.679,7260. Cadastro das Propostas a partir de 08/07/2021. Abertura das Propostas: 20/07/2021, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70723-040 – Brasília/DF.

JULIANA ARAÚJO E SOUZA
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 223/2021 - UASG 926119

Objeto: Aquisição em Sistema de Registro de Preços de material de OPME - CATETERES CENTRAIS, contemplados e não contemplados na tabela SUS de OPME do Ministério da Saúde, para atender à demanda da unidade de TERAPIA INTENSIVA, da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 00060-00116392/2021-81. Total de 06 itens (Ampla concorrência e Cotas destinadas às MEs/EPPs). Valor Estimado: R$ 1.479.372,2600. Cadastro das Propostas: a partir de 08/07/2021. Abertura das Propostas: 20/07/2021, às 09h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70723-040 – Brasília/DF.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO FIGUEIREDO
Pregoeira

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** Q 20, ETAPA C, CS 29, VALPARAISO ETAPA C, VALPARAISO DE GOIAS - GO, CEP: 72876-220
1º leilão 12/07/2021 as 15:00 horas
2º leilão 30/07/2021 as 15:00 horas
Local CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA VALPARAISO - QUADRA 01, VALPARAISO SHOPPING - ALA NORTE - LOJAS 1A E 1B, VALPARAISO DE GOIAS, GO Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Mutuários:
VALENTIM SALVADOR DA SILVA ROCHA, CPF 239.814.581-68 **SHIRLEY HIPOLITA SODRE ROCHA**, CPF 381.371.941-34
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão Informações tel. (62) 3250-1500/(62) 99679-7098.

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED:A01551

CRM SERVICOS DE ENTREGA E TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI

Aviso de Recebimento de Licença de Operação

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 85/2021, para a atividade de Transporte Rodoviário de Cargas Perigosos - TRCP, na Quadra 21, Conjunto M, Lote 17 , Paranoá, Brasília – DF, Processo nº 00391-00000373/2021-21, CRM SERVICOS DE ENTREGA E TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI.

AUTO POSTO JJP DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

CNPJ: 06.970.476/0001-31

Aviso de Recebimento de Licença de Operação

Torna público que RECEBEU do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, Licença de Operação SEI-GDF n.º 104/2021 - IBRAM/PRESI, em 06/07/2021, para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, sito na QS 305 Conj 07 Lt 02 Samambaia-DF, CEP:72.360-058, Brasília-DF, Processo nº: 00391-00017065/2017-58. Jane Passos.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRODUÇÃO DE IMAGENS, FOTOGRAFIAS, FILMAGENS E PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DO DISTRITO FEDERAL – SINFOC/DF.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA

O Presidente do sindicato no uso de suas atribuições legais e estatutário na forma dos artigos 3º, 14 a 19, 63 e 70 do Estatuto Social, artigo 8º da Constituição Federal e artigos 54 e 59 do Código Civil, CONVOCA os associados para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 20/07/2021, as 14h (1ª convocação) e as 14h30 (2ª convocação) por meio virtual de aplicativo Microsoft Teans para deliberar sobre: a) Prestação de Contas 2020; b) Previsão Orçamentária 2021; c) Assuntos gerais de interesse da categoria. Em ato contínuo realizará Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada 30 minutos após em (2ª convocação) para deliberar sobre: a) Alteração estatutária; b) Discussão sobre débitos dos associa2xódos referente as contribuições junto ao Sinfoc; c) Instituição, eleição e delegação de poderes à comissão de negociações coletivas para negociar cláusulas de Convenção Coletiva de Trabalho, autorizar a instauração ou a defesa de Dissídio Coletivo para a categoria; Assuntos gerais de interesse da categoria. Brasília, 07 de julho de 2021 – **Lázaro Donizetti dos Santos** – Presidente.

SINDUSCON-DF

ENTIDADES SENSIBILIZAM ÓRGÃOS LICITANTES SOBRE REEQUILÍBRIO DE CONTRATOS, BDI E PREGÃO ELETRÔNICO

O Sinduscon-DF e Asbraco reuniram-se com o secretário de Obras do DF, Luciano Carvalho, e com o presidente da Novacap, Fernando Leite na última semana. Reequilíbrio de contratos, retomada do grupo de estudo do BDI e pregão eletrônico para obras públicas foram os assuntos pautados.

Na oportunidade, as entidades alertaram sobre a necessidade de promover ações urgentes para criar procedimentos de reequilíbrios dos contratos, além da problemática na execução de licitações com preços desatualizados.

O secretário de obras do DF afirmou que os contratos junto ao órgão já estão sendo reequilibrados. Também sensível ao tema, o presidente da Novacap anunciou que estão trabalhando para promover o reequilíbrio econômico financeiro, porque também estão preocupados face à paralisação iminente das obras.

Fernando Leite garantiu que, a partir de 1º de agosto, vão apresentar uma minuta para que as entidades avaliem e participem das decisões conclusivas para que todos os contratos junto à Novacap sejam reequilibrados.

Durante o encontro com a Novacap, o Sinduscon-DF solicitou a retomada do Grupo de Trabalho do Benefício de Despesas Indiretas (BDI).

O pregão eletrônico foi apontado pelas entidades como uma modalidade de licitação predatória para as empresas do setor da construção civil.

O objetivo da luta das entidades é evitar que as obras sejam paralisadas e executadas de maneira inadequada.

Ruyter Thuin
Vice-presidente de obras e infraestrutura do Sinduscon-DF

(61) 3234-8310 | www.sinduscondf.org.br
Informativo do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal

OEI
Organización de Estados Iberoamericanos
Organização de Estados Ibero-americanos

Edital Nº 090/2021
Contratação de consultor na Modalidade PRODUTO
PROJETO OEI/BRA/20/003

Graduação em qualquer área do conhecimento, em curso devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação e pós-graduação em qualquer área. Experiência mínima de 03 (três) anos em docência ou pesquisa ou gestão de programas educacionais relacionados à educação indígena ou à educação quilombola ou à educação do campo. Consultoria terá sede em Todo o Território Nacional ,com disponibilidade para viagem por todo o país. Este edital terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação. Vigência do contrato de 8 (oito) meses. Local de trabalho Território Nacional.

Os interessados deverão enviar o CV entre os dias 08/07/2021 a 14/07/2021, conforme orientações para inscrição na página – https://oei.int/pt/escritorios/brasil/contratacoes

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151, de 22 de Julho de 2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

EMPREGOS

410 Ofertas

Lista divulgada em **08/07/2021.** Algumas das vagas podem já ter sido preenchidas antes de seu comparecimento à Agência do Trabalhador de sua cidade

OBS: Para ser encaminhado à vaga, o seu perfil profissional deverá estar compatível com os pré-requisitos exigidos pelo empregador. As vagas disponíveis possuem limite máximo de encaminhamentos para a entrevista. Quando este limite é atingido, a vaga se torna invisível aos atendimentos e novos encaminhamentos.

OCUPAÇÃO	VAGAS	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
AÇOUGUEIRO	5	R$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AÇOUGUEIRO	10	R$ 1.330,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AJUDANTE DE AÇOUGUEIRO (COMÉRCIO)	10	R$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AJUDANTE DE CABELEIREIRO	1	R$ 32,50 (dia) + BENEFÍCIOS	SUPERIOR INCOMPLETO (visagismo)
AJUDADNTE DE OBRAS	20	R$ 1.250,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
AJUDANTE DE OBRAS	10	R$ 1.177,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ALINHADOR DE DIREÇÃO	1	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	R$ 5,50 (hora) + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
ATENDENTE DE TELEMARKETING	10	R$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE TELEMARKETING	1	R$ 1.400,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10	R$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE CONTABILIADADE	1	R$ 35,00 (dia) + BENEFÍCIOS	SUPERIOR INCOMPLETO (contabilidade)
AUXILIAR DE COZINHA	1	R$ 1.300,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO	5	R$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE MARCENEIRO	4	R$ 3.200,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE PADEIRO	10	R$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE PESSOAL	1	R$ 35,00 (dia) + BENEFÍCIOS	SUPERIOR INCOMPLETO (ciências contábeis)
AUXILIAR OPERACIONAL DE LOGÍSTICA	10	R$ 1.280,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
BARMAN	5	R$ 1.128,61 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
BARMAN	2	R$ 2.500,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
BOMBEIRO HIDRÁULICO	4	R$ 7,90 (dia) + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
BOMBEIRO HIDRÁULICO	4	R$ 1.800,04 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
BOMBEIRO HIDRÁULICO	5	R$ 2.200,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CARPINTEIRO	1	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARPINTEIRO	10	R$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CARPINTEIRO	6	R$ 1.800,04 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARPINTEIRO	4	R$ 1.780,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CHEFE DE COZINHA	5	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CHEFE DE COZINHA	1	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	SUPERIOR COMPLETO (gastronomia)
COORDENADOR DE RESTAURANTE	1	R$ 1.400,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CORTADOR, A MÃO	1	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
COSTUREIRA DE MÁQUINA RETA	1	R$ 1.248,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
COSTUREIRA EM GERAL	4	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
COSTUREIRA EM GERAL	2	R$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
COSTUREIRA EM GERAL	1	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
COSTUREIRA EM GERAL	1	R$ 1.400,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
COSTUREIRA EM GERAL	2	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
COZINHEIRO GERAL	1	R$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
COZINHEIRO GERAL	5	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CUMIM	10	R$ 1.128,61 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ELETRICISTA	4	R$ 1.800,04 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ELETRICISTA	6	R$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
EMPACOTADOR, A MÃO	1	R$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO DIARISTA	30	R$ 1.604,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO DIARISTA	1	R$ 170,00 (dia) + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
ENFERMEIRO	10	R$ 2.124,87 + BENEFÍCIOS	SUPERIOR COMPLETO (enfermagem)
ESTETICISTA	4	R$ 1.276,00 + BENEFÍCIOS	SUPERIOR COMPLETO (estética)
ESTOQUISTA	4	R$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
FRENTISTA	3	R$ 1.232,97 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
FUNILEIRO DE AUTOMÓVEIS (REPARAÇÃO)	1	R$ 1.313,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
GARÇOM	10	R$ 1.128,60 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
GERENTE DE BAR, CANTINA E RESTAURANTE	1	R$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
GESSEIRO	1	R$ 100,00 (dia) + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
INSTALADOR DE SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS DE SEGURANÇA	1	R$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
INSTALADOR DE SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS DE SEGURANÇA	1	R$ 1.313,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
INSTRUTOR DE APRENDIZAGEM EM INFORMÁTICA	2	R$ 1.300,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
JARDINEIRO	1	R$ 1.287,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LADRILHEIRO	15	R$ 3.500,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LUBRIFICADOR INDUSTRIAL	2	R$ 1.580,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MAÎTRE	2	R$ 4.000,00 + BENEFÍCIOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARCENEIRO	2	R$ 3.200,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARCENEIRO	1	R$ 2.200,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARMORISTA (CONSTRUÇÃO)	1	R$ 1.717,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MASSOTERAPEUTA	4	R$ 1.276,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MECÂNICO DE AUTOMÓVEL	1	R$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MECÂNICO DE AUTOMÓVEL	1	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AUTOMÓVEIS	3	R$ 2.400,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MECÂNICO DE MOTOSERRA	2	R$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MODELISTA	1	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MONTADOR DE ESTRUTRAS METÁLICAS	2	R$ 1.400,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO

Vagas exclusivas para pessoas com deficiência

Em virtude da pandemia de Coronavírus e a impossbilidade de acessos as agências do trabalhador, os cidadãos que desejam concorrer as vagas deverão acessar o aplicativo Sine Fácil ou ligar no número (61) 99305-0517.

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral

AVISOS DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES comunica, por meio do Ofício nº 180/2021 (65278515) e Projeto Básico (63982464), a abertura da Dispensa de Licitação, referente à Contratação Emergencial de Serviço de Gestão Integrada por lotes compreendendo gerenciamento técnico, assistência multiprofissional (de forma ininterrupta), com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos (incluindo computadores e impressoras) e atendimento dos pacientes (medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e esterilização de equipamentos e materiais, alimentação, nutrição enteral e parenteral), em unidades da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para enfrentamento a SARS-CoV-2, conforme condições e especificações do Projeto Básico (63982464), Processo nº 00060-00252913/2021-29 - SEI/SES-DF. O recebimento das propostas ocorrerá impreterivelmente até as 15h00 (quinze horas) - horário de Brasília - do dia 15/07/2021 (quinta-feira), por meio eletrônico através do endereço de e-mail: dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br com cópia para dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com. O Ofício de Convocação de Fornecedores e o Projeto Básico poderão ser solicitados através do mesmo e-mail de envio das Propostas e também estarão disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

LUCIANO PEREIRA MIGUEL
Subsecretário de Administração Geral

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
3ª Comissão de
Procedimento Disciplinar

EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente Suplente da 3ª Comissão de Processo Disciplinar, sediada no SRTVN Quadra 701, Lote D, 2º andar, sala 2, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, telefone: (61)2017-1145 (ramal 1151), e-mail: 3cpd@saude.df.gov.br, designada por meio da Portaria nº 444, de 21 de setembro de 2020, publicada no DODF nº 181, de 23 de setembro de 2021, do Senhor Controlador da Controladoria Setorial da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, RESOLVE, na forma do Artigo 238, parágrafos 3º e 4º da Lei Complementar nº 840/2011, **CITAR**, pelo presente EDITAL, a servidora **ALINE ADENILSIA GOMES DOS SANTOS**, Matrícula: 0.156.819-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para comparecer perante esta Comissão, que funciona no endereço acima referido, com a finalidade de tomar conhecimento da instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 00060-00187437/2019-43, PAD nº 086/2020, bem como acompanhar o feito na condição de acusada e prestar o respectivo interrogatório para apurar possível irregularidade administrativa. Fica ainda ciente de que, convocada pelo presente EDITAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias a partir desta publicação, se não comparecer, os trabalhos da Comissão seguirão sem a sua presença e será acompanhado por defensor dativo a ser designado pela autoridade competente.

MARINA BUENO FERREIRA DA SILVA
Presidente Suplente da 3ª CPD

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
3ª Comissão de
Procedimento Disciplinar

EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente Suplente da 3ª Comissão de Processo Disciplinar, sediada no SRTVN Quadra 701, Lote D, 2º andar, sala 2, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, telefone: (61)2017-1145 (ramal 1151), e-mail: 3cpd@saude.df.gov.br, designada por meio da Portaria nº 444, de 21 de setembro de 2020, publicada no DODF nº 181, de 23 de setembro de 2021, do Senhor Controlador da Controladoria Setorial da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, RESOLVE, na forma do Artigo 238, parágrafos 3º e 4º da Lei Complementar nº 840/2011, **CITAR**, pelo presente EDITAL, o servidor **AUGUSTO CÉSAR MACHADO**, matrícula: 0.152.999-4, integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para comparecer perante esta Comissão, que funciona no endereço acima referido, com a finalidade de tomar conhecimento da instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 00060-00060092/2020-15, PAD nº 087/2020, bem como acompanhar o feito na condição de acusado e prestar o respectivo interrogatório para apurar possível irregularidade administrativa. Fica ainda ciente de que, convocado pelo presente EDITAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias a partir desta publicação, se não comparecer, os trabalhos da Comissão seguirão sem a sua presença e será acompanhado por defensor dativo a ser designado pela autoridade competente.

MARINA BUENO FERREIRA DA SILVA
Presidente Suplente da 3ª CPD

LUIZ ÁNDRÉ ALMEIDA REIS

REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença Prévia para atividade de Parcelamento Urbano do Solo, nas glebas objeto das Matrículas nº 158.420 e nº 156.122, gravadas no 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, localizadas próximas ao Condomínio Mansões Itaipu, na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental.

MARCELO CHAVES

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
marcelochaves@grupojbr.com

Pois é

Tem professor da rede pública do DF com discurso negacionista afirmando que não tomará a vacina contra a covid-19. Nesse caso, como a Secretaria de Educação irá agir? O professor que não está imunizado tanto pode pegar em sala de aula, quando transmitir para o aluno. Fica a dúvida sobre o assunto.

Mais que...

Foi lançada pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, a obra *31 anos de ciência e consciência constitucionais*, em homenagem ao ministro Marco Aurélio. A obra, que está acompanhada de um site especial, reúne os principais votos do ministro em processos de sua relatoria.

...merecido

Após 31 anos no Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio se despede da mais alta corte do país no dia 12, por conta de sua aposentadoria compulsória, ao completar 75 anos de idade. São 31 julgados que retratam a atuação do decano na Suprema Corte, desde a sua posse em 1990.

B'day

Quinta-feira de muitos cumprimentos e mensagens carinhosas para os aniversariantes dos dia: jornalista André Miguel Barreto Raynaud, influenciadora digital Juliana Rodrigues, empresário Jader de Pietro, advogado Thiago Amaral, professora e carateca brasiliense Carla Ribeiro e o jornalista Fred Cunha.

Reabertura

Programado para o sábado, a reabertura da cúpula do Planetário de Brasília, com uma sessão diária especial. Os filmes serão exibidos de forma alternada para que a cada dia da semana seja apresentado um filme diferente, com duração média de 45 minutos. A capacidade de público é de 80 pessoas.

DANILO PIMENTEL

VEJA MAIS NA COLUNA ONLINE
www.jornaldebrasilia.com.br

DONA ALDA BRAGA completou 91 anos e ganhou almoço caprichado da filha Isabella e do genro, o cirurgião plástico Carlos Carpaneda, na casa da família no Lago Norte

Save the date

Colunista de Gastronomia do **Jornal de Brasília**, o jornalista Leonardo Resende (*foto*) comemora o seu aniversário em agosto em São Paulo. Na companhia da família e dos amigos ele brinda a data com jantar intimista no Terraço Itália.

Almoço

Mesa movimentada ontem, no Cantón, casa de culinária chinesa peruana. Lá estavam conferindo o restaurante que recém inaugurou no Brasília Shopping o empresário Felipe Kubitschek Pereira, acompanhado de Geraldo Mello, diretor dos shoppings do Grupo PaulOOctavio, e Gilberto Azevedo, superintendente do shopping.

Rolha

O vinho brasileiro Amitié Pinot Noir acaba de conquistar uma medalha no Decanter World Wine Awards, maior e mais influente concurso de vinhos no mundo. A premiação é um indicativo da altíssima qualidade da safra 2020, reconhecida como histórica entre os produtores no Brasil.